

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.0 - Identificação	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores	3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores	4

2. Auditores independentes

2.1 / 2 - Identificação e remuneração	5
2.3 - Outras inf. relev. - Auditores	6

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações financeiras	7
3.2 - Medições não contábeis	8
3.3 - Eventos subsequentes às DFs	10
3.4 - Política destinação de resultados	11
3.5 - Distribuição de dividendos	13
3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas	14
3.7 - Nível de endividamento	15
3.8 - Obrigações	16
3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras	17

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição - Fatores de Risco	18
4.2 - Descrição - Riscos de Mercado	20
4.3 - Processos não sigilosos relevantes	21
4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest	22
4.5 - Processos sigilosos relevantes	23
4.6 - Processos repetitivos ou conexos	24
4.7 - Outras contingências relevantes	25
4.8 - Regras-país origem/país custodiante	26

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	27
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	28
5.3 - Descrição - Controles Internos	29

Índice

5.4 - Programa de Integridade	32
5.5 - Alterações significativas	33
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	34
6. Histórico do emissor	
6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM	35
6.3 - Breve histórico	36
6.5 - Pedido de falência ou de recuperação	40
6.6 - Outras inf. relev. - Histórico	41
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas	42
7.1.a - Infos. de sociedade de economia mista	43
7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais	44
7.3 - Produção/comercialização/mercados	45
7.4 - Principais clientes	48
7.5 - Efeitos da regulação estatal	49
7.6 - Receitas relevantes no exterior	51
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira	52
7.8 - Políticas socioambientais	53
7.9 - Outras inf. relev. - Atividades	55
8. Negócios extraordinários	
8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante	56
8.2 - Alterações na condução de negócios	57
8.3 - Contratos relevantes	58
8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.	59
9. Ativos relevantes	
9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante	60
9.1.a - Ativos imobilizados	61
9.1.b - Ativos Intangíveis	62
9.1.c - Participação em sociedades	63
9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.	64
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	65

Índice

10.2 - Resultado operacional e financeiro	73
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	76
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	77
10.5 - Políticas contábeis críticas	88
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	100
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	101
10.8 - Plano de Negócios	102
10.9 - Outros fatores com influência relevante	103
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	104
11.2 - Acompanhamento das projeções	105
12. Assembléia e administração	
12.1 - Estrutura administrativa	106
12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias	109
12.3 - Regras, políticas e práticas do CA	113
12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos	114
12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF	115
12.7/8 - Composição dos comitês	118
12.9 - Relações familiares	119
12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle	121
12.11 - Acordos /Seguros de administradores	124
12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm	125
13. Remuneração dos administradores	
13.1 - Política/prática de remuneração	126
13.2 - Remuneração total por órgão	129
13.3 - Remuneração variável	133
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações	134
13.5 - Remuneração baseada em ações	135
13.6 - Opções em aberto	136
13.7 - Opções exercidas e ações entregues	137
13.8 - Precificação das ações/opções	138

Índice

13.9 - Participações detidas por órgão	139
13.10 - Planos de previdência	140
13.11 - Remuneração máx, mín e média	141
13.12 - Mecanismos remuneração/indenização	142
13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.	143
13.14 - Remuneração - outras funções	144
13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada	145
13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração	146
14. Recursos humanos	
14.1 - Descrição dos recursos humanos	147
14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos	149
14.3 - Política remuneração dos empregados	150
14.4 - Relações emissor / sindicatos	157
14.5 - Outras informações relevantes - Recursos humanos	158
15. Controle e grupo econômico	
15.1 / 2 - Posição acionária	159
15.3 - Distribuição de capital	167
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico	168
15.5 - Acordo de Acionistas	169
15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm	170
15.7 - Principais operações societárias	171
15.8 - Outras informações relevantes - Controle e grupo econômico	172
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.	173
16.2 - Transações com partes relacionadas	174
16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade	175
16.4 - Outras informações relevantes - Transações com partes relacionadas	176
17. Capital social	
17.1 - Informações - Capital social	177
17.2 - Aumentos do capital social	178
17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação	179
17.4 - Redução do capital social	180

Índice

17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social	181
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	182
18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto	183
18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos	184
18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários	185
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	186
18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários	187
18.6 - Mercados de negociação no Brasil	188
18.7 - Negociação em mercados estrangeiros	189
18.8 - Títulos emitidos no exterior	190
18.9 - Ofertas públicas de distribuição	191
18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas	192
18.11 - Ofertas públicas de aquisição	193
18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários	194
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Descrição - planos de recompra	195
19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria	196
19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria	197
20. Política de negociação	
20.1 - Descrição - Pol. Negociação	198
20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação	199
21. Política de divulgação	
21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos	200
21.2 - Descrição - Pol. Divulgação	203
21.3 - Responsáveis pela política	207
21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação	208

1. Responsáveis pelo formulário / 1.0 - Identificação

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

ÉLIO PEREIRA DA SILVA

Cargo do responsável

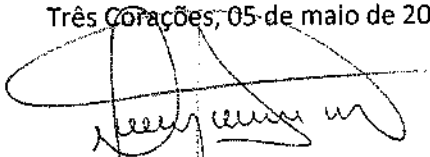
Diretor de Relações com Investidores

1.1 – Declaração do Diretor Presidente

Eu, Elio Pereira da Silva, Diretor Presidente e Diretor de Finanças, Administração e Relações com Investidores da Mangels Industrial S.A., em atendimento ao anexo 24 da Instrução CVM nº 480/2009, declaro que:

- a. Revi o formulário de referência;
- b. Todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19;
- c. O conjunto de informações contido no formulário de referência é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômica financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

Três Corações, 05 de maio de 2022.



Elio Pereira da Silva
Diretor Presidente e Diretor de Finanças,
Administração e Relações com Investidores

1.2 – Declaração do Diretor de Relações com Investidores

Eu, Elio Pereira da Silva, Diretor Presidente e Diretor de Finanças, Administração e Relações com Investidores da Mangels Industrial S.A., em atendimento ao anexo 24 da Instrução CVM nº 480/2009, declaro que:

- a. Revi o formulário de referência;
- b. Todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19;
- c. O conjunto de informações contido no formulário de referência é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômica financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

Três Corações, 05 de maio de 2022.



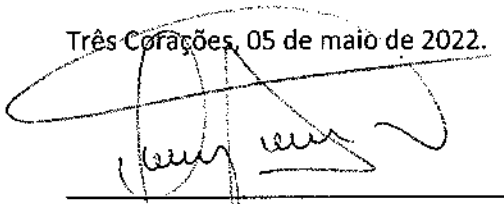
Elio Pereira da Silva
Diretor Presidente e Diretor de Finanças,
Administração e Relações com Investidores

1.3 – Declaração do Diretor Presidente / Relações com Investidores

Eu, Elio Pereira da Silva, Diretor Presidente e Diretor de Finanças, Administração e Relações com Investidores da Mangels Industrial S.A., em atendimento ao anexo 24 da Instrução CVM nº 480/2009, declaro que:

- a. Revi o formulário de referência;
- b. Todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19;
- c. O conjunto de informações contido no formulário de referência é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômica financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

Três Corações, 05 de maio de 2022.



Elio Pereira da Silva
Diretor Presidente e Diretor de Finanças,
Administração e Relações com Investidores

2. Auditores independentes / 2.1 / 2 - Identificação e remuneração

Possui auditor?	SIM
Código CVM	418-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	KPMG Auditores Independentes
CPF/CNPJ	57.755.217/0001-29
Período de prestação de serviço	01/01/2020
Descrição do serviço contratado	Execução de serviços de auditoria, com a finalidade de emitir de relatório de auditoria, de acordo com as normas brasileiras e internacionais contemplando o balanço patrimonial individual e consolidado e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado abrangente das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R\$ 367.126,80
Justificativa da substituição	Troca periódica da auditoria externa.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Wagner Petelin	01/01/2020	041.417.758-43	Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, Torre A, Vila São Francisco, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04711-904, Telefone (011) 39401500, e-mail: wpetelin@kpmg.com.br

2. Auditores independentes / 2.3 - Outras inf. relev. - Auditores

Todas as informações relevantes foram divulgadas nos itens anteriores.

3. Informações financ. selecionadas / 3.1 - Informações financeiras - Consolidado

(Reais Unidade)	Exercício social (31/12/2020)	Exercício social (31/12/2019)	Exercício social (31/12/2018)
Patrimônio Líquido	-400.833.000,00	-370.634.000,00	-364.125.000,00
Ativo Total	398.018.000,00	366.686.000,00	348.704.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	546.451.000,00	556.332.000,00	476.738.000,00
Resultado Bruto	80.680.000,00	93.578.000,00	67.709.000,00
Resultado Líquido	-30.980.000,00	-6.474.000,00	-46.378.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria	5.783.212	5.783.212	5.783.212
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	-69,309754	-64,087915	-62,962416
Resultado Básico por Ação	-5,356885	-1,119447	-8,019419

3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis

3.2 – Medições não contábeis

a) Valor das medições não contábeis

O EBITDA (earnings before interest, taxes, depreciation and amortization), ou lucro antes de juros e despesas financeiras líquidas, impostos, depreciação e amortização) é um indicador financeiro adotado pela Administração da Companhia como uma forma de mensurar seu desempenho, sendo elaborado em consonância com a Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012 e conciliada com as demonstrações contábeis.

A Administração da Companhia entende que a utilização do EBITDA como medida de desempenho, é apropriada para a correta compreensão de sua condição financeira e do resultado de suas operações, além de permitir uma comparação efetiva dos reflexos de diferentes períodos, como medida de valor.

Seguem abaixo os valores de EBITDA da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

Em milhares de R\$

	2020	2019	2018
Resultado operacional próprio	78.576	47.190	35.037
(+) Depreciação e Amortização	18.982	18.192	17.876
EBITDA	97.558	65.382	52.913

b) Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

A tabela abaixo apresenta a conciliação entre o EBITDA e o resultado líquido divulgado nas demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

Em milhares de R\$

	2020	2019	2018
(=) Resultado líquido do exercício	(30.980)	(6.474)	(46.378)
(+) Imposto de renda e contribuição social	2.482	2.485	2.129
(+) Despesas financeiras líquidas	107.074	51.179	79.286
(+) Depreciação e amortização	18.982	18.192	17.876
(=) EBITDA	97.558	65.382	52.913

c) Motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia utiliza o EBITDA como indicador não contábil, pois acredita ser uma medida mais prática e apropriada para mensurar seu desempenho operacional, pois afere de forma mais precisa o resultado advindo exclusivamente do desenvolvimento de seus negócios, facilitando a comparabilidade da sua estrutura ao longo dos anos, uma vez que corresponde a indicadores financeiros utilizados para avaliar os resultados de uma companhia sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e financeiros e outros impactos contábeis sem reflexo direto no fluxo de caixa da Companhia.

A Companhia acredita que o EBITDA é uma informação adicional às demonstrações financeiras da Companhia, porém de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, não é uma medida de desempenho financeiro e

3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis

tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como alternativa a outros indicadores financeiros, como seus fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez.

O EBITDA é uma informação adicional às demonstrações financeiras e não deve ser utilizado em substituição às demonstrações financeiras auditadas.

3. Informações financ. selecionadas / 3.3 - Eventos subsequentes às DFs

Nenhum evento subsequente relevante ocorreu após a publicação das Demonstrações Financeiras.

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados**3.4 – Política destinação de resultados**

	2020	2019	2018
Regras sobre retenção de lucros	Nos termos da Lei 6.404/76, das Sociedades por Ações ("LSA"), os acionistas da Companhia poderão deliberar, em assembleia geral e por proposta da administração, a Retenção de parte do lucro líquido para ser utilizado em Investimentos da Companhia. Nos termos do artigo 193 da LSA, assim como no Art.32 Do Estatuto Social da Companhia, 5% do lucro líquido será destinado à constituição da reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do capital social integralizado ou o limite previsto no parágrafo primeiro do artigo 193 da LSA. De acordo com o Art. 32, parágrafo 1º do Estatuto Social da Companhia, após o pagamento do dividendo mínimo obrigatório, fica estabelecido que o saldo será destinado à reserva para aumento de capital, até atingir o limite de 80% do capital social, a menos que a Assembleia Geral, por proposta da Diretoria e com o parecer favorável do Conselho de Administração delibere destino diverso.	Nos termos da Lei 6.404/76, das Sociedades por Ações ("LSA"), os acionistas da Companhia poderão deliberar, em assembleia geral e por proposta da administração, a Retenção de parte do lucro líquido para ser utilizado em Investimentos da Companhia. Nos termos do artigo 193 da LSA, assim como no Art.32 Do Estatuto Social da Companhia, 5% do lucro líquido será destinado à constituição da reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do capital social integralizado ou o limite previsto no parágrafo primeiro do artigo 193 da LSA. De acordo com o Art. 32, parágrafo 1º do Estatuto Social da Companhia, após o pagamento do dividendo mínimo obrigatório, fica estabelecido que o saldo será destinado à reserva para aumento de capital, até atingir o limite de 80% do capital social, a menos que a Assembleia Geral, por proposta da Diretoria e com o parecer favorável do Conselho de Administração delibere destino diverso.	Nos termos da Lei 6.404/76, das Sociedades por Ações ("LSA"), os acionistas da Companhia poderão deliberar, em assembleia geral e por proposta da administração, a Retenção de parte do lucro líquido para ser utilizado em Investimentos da Companhia. Nos termos do artigo 193 da LSA, assim como no Art.32 Do Estatuto Social da Companhia, 5% do lucro líquido será destinado à constituição da reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do capital social integralizado ou o limite previsto no parágrafo primeiro do artigo 193 da LSA. De acordo com o Art. 32, parágrafo 1º do Estatuto Social da Companhia, após o pagamento do dividendo mínimo obrigatório, fica estabelecido que o saldo será destinado à reserva para aumento de capital, até atingir o limite de 80% do capital social, a menos que a Assembleia Geral, por proposta da Diretoria e com o parecer favorável do Conselho de Administração delibere destino diverso.
Valores das retenções de lucros	Na Assembleia Geral Ordinária de 2021, em função do prejuízo apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o resultado foi destinado a conta de prejuízos acumulados.	Na Assembleia Geral Ordinária de 2020, em função do prejuízo apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o resultado foi destinado a conta de prejuízos acumulados.	Na Assembleia Geral Ordinária de 2019, em função do prejuízo apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o resultado foi destinado a conta de prejuízos acumulados.
Regras sobre distribuição de dividendos	De acordo com o Art. 32 do Estatuto Social da Companhia, 25% (no mínimo) do lucro líquido ajustado devem ser destinados a distribuição de dividendos, porém de acordo com o Art. 8.11 do Plano de Recuperação Judicial, de dezembro/2014, as Recuperandas não distribuirão dividendos ou juros sobre o capital próprio antes do pagamento integral dos credores nos termos previstos no Plano.	De acordo com o Art. 32 do Estatuto Social da Companhia, 25% (no mínimo) do lucro líquido ajustado devem ser destinados a distribuição de dividendos, porém de acordo com o Art. 8.11 do Plano de Recuperação Judicial, de dezembro/2014, as Recuperandas não distribuirão dividendos ou juros sobre o capital próprio antes do pagamento integral dos credores nos termos previstos no Plano.	De acordo com o Art. 32 do Estatuto Social da Companhia, 25% (no mínimo) do lucro líquido ajustado devem ser destinados a distribuição de dividendos, porém de acordo com o Art. 8.11 do Plano de Recuperação Judicial, de dezembro/2014, as Recuperandas não distribuirão dividendos ou juros sobre o capital próprio antes do pagamento integral dos credores nos termos previstos no Plano.

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados

Periodicidade das distribuições de dividendos	De acordo com o Art. 33 do Estatuto Social da Companhia, a Diretoria poderá: a) levantar balanços semestrais no dia 30 de junho de cada ano, observando, em tal hipótese, as mesmas normas definidas no artigo anterior; b) levantar balanços e distribuir dividendo em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital; c) declarar dividendo intermediário à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral	De acordo com o Art. 33 do Estatuto Social da Companhia, a Diretoria poderá: a) levantar balanços semestrais no dia 30 de junho de cada ano, observando, em tal hipótese, as mesmas normas definidas no artigo anterior; b) levantar balanços e distribuir dividendo em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital; c) declarar dividendo intermediário à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral	De acordo com o Art. 33 do Estatuto Social da Companhia, a Diretoria poderá: a) levantar balanços semestrais no dia 30 de junho de cada ano, observando, em tal hipótese, as mesmas normas definidas no artigo anterior; b) levantar balanços e distribuir dividendo em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital; c) declarar dividendo intermediário à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral
Restrições à distribuição de dividendos	As condições acima descritas, não estão sendo aplicadas, devido o Art. 8.11 do Plano de Recuperação Judicial de dezembro/2014, conforme mencionado em "Regras sobre a distribuição de dividendos".	As condições acima descritas, não estão sendo aplicadas, devido o Art. 8.11 do Plano de Recuperação Judicial de dezembro/2014, conforme mencionado em "Regras sobre a distribuição de dividendos".	As condições acima descritas, não estão sendo aplicadas, devido o Art. 8.11 do Plano de Recuperação Judicial de dezembro/2014, conforme mencionado em "Regras sobre a distribuição de dividendos".
Política de distribuição de resultados	A destinação do lucro líquido foi aprovado pelo Conselho de Administração na Assembleia Geral Ordinária, realizada em 28 de abril de 2021, e consta no Estatuto Social disponível para consulta no site da Companhia: www.mangels.com.br e no da CVM: www.cvm.org.br	A destinação do lucro líquido foi aprovado pelo Conselho de Administração na Assembleia Geral Ordinária, realizada em 28 de abril de 2020, e consta no Estatuto Social disponível para consulta no site da Companhia: www.mangels.com.br e no da CVM: www.cvm.org.br	A destinação do lucro líquido foi aprovado pelo Conselho de Administração na Assembleia Geral Ordinária, realizada em 28 de março de 2019, e consta no Estatuto Social disponível para consulta no site da Companhia: www.mangels.com.br e no da CVM: www.cvm.org.br

3. Informações financ. selecionadas / 3.5 - Distribuição de dividendos

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos três últimos exercícios sociais, a Companhia não distribuiu dividendos.

3. Informações financ. selecionadas / 3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas

Nos três últimos exercícios sociais, a Companhia não declarou dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas.

3. Informações financ. selecionadas / 3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2020	0,00	Outros índices	6,83000000	Dívida líquida / EBITDA. A Companhia utiliza o indicador financeiro Dívida líquida sobre EBITDA, por entender que é um indicador mais adequado para suas operações.

3. Informações financ. selecionadas / 3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2020)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Descrever outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimo	Garantia Real		10.028.164,88	36.981.550,70	102.718.877,01	1.581.036,15	151.309.628,74
Empréstimo	Quirografárias		13.236.000,17	52.283.463,25	48.288.985,66	447.924.592,83	561.733.041,91
Empréstimo	Outras garantias ou privilégio	Tipo de garantia - Credores fiduciários	1.741.396,90	10.805.215,46	1.222.360,08	2.445.151,93	16.214.124,37
Total			25.005.561,95	100.070.229,41	152.230.222,75	451.950.780,91	729.256.795,02
Observação							

3. Informações financ. selecionadas / 3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes, além das divulgadas nos itens anteriores.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

CENÁRIO ECONÔMICO – 2021

Diante de um cenário onde as incertezas e os impactos provocados pela pandemia Global do COVID-19, está sendo desafiador prever índices e resultados para a economia, devido a isso as projeções exigem cautela.

No setor Veículos Automotores, conforme divulgado pela ANFAVEA (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores) apresentou suas estimativas para o ano de 2021 de um aumento de 25% na produção.

No Mercado de GLP (Gás Liquefeito de Petróleo) com o isolamento social dos brasileiros em suas residências devido à pandemia, o consumo nos últimos meses aumentou cerca de 23% segundo o Ministério de Minas e Energia. Segundo entrevista do dia 11/01/2021 o presidente do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Gás Liquefeito de Petróleo (Sindicato), Sergio Bandeira de Mello, relatou: “Em relação ao GLP, a expectativa do setor é de crescimento da demanda em torno de 1,5% a 2% em 2021”.

Conforme dados da Abraciclo a projeção de produção de motocicletas para o ano de 2021 terá um aumento na produção de 10,2% comparado ao ano de 2020.

Diante desse cenário, as novas estimativas são mais otimistas, a econômica parece estar adaptando-se às atividades intensivas com o passar do tempo. As projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI) apresentam uma modesta melhora do PIB mundial de 4% para 2021. Em um cenário positivo, com pandemia controlada e a vacinação rápida, o crescimento global poderia acelerar para quase 5%, estima a instituição.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais que sejam individualmente relevantes para a Companhia ou suas controladas.

4. Fatores de risco / 4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest

Não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais relevantes em que a Companhia ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas.

4. Fatores de risco / 4.5 - Processos sigilosos relevantes

Não há processos sigilosos em que a Companhia ou suas controladas sejam parte.

4. Fatores de risco / 4.6 - Processos repetitivos ou conexos

a. Tributárias

IPI – Compensações de créditos presumidos de IPI dos anos de 2003, 2004, 2005, 2012 e 2013, não homologados pela Receita Federal. O montante atualizado é de R\$ 711, atualizado até em 31 de março de 2020.

IRPJ – Discute-se homologação parcial do pedido de compensação do saldo negativo de IRPJ do ano de 2005. O montante é de R\$ 9.079, atualizado até em 31 de março de 2020.

Salário-Educação – Discute-se a imposição de multa em razão do não recolhimento das contribuições de segurados a seu serviço; a imposição de multa em razão da não correção de arquivos digitais apresentados; a imposição de multa em razão da não apresentação de documentos contábeis solicitados em procedimento de apuração fiscal; a exigência de contribuições, destinadas ao salário-educação (FNDE), incidentes sobre valores apurados em aferição indireta, arbitrados com base em diferenças entre valores identificados nas Declarações de Imposto de Renda (DIPJ) e na Folha de Salários, atinentes aos anos de 2002, 2003, 2004 e 2006. O montante é de R\$ 780, atualizado até em 31 de março de 2020.

a. Cíveis

A Companhia é parte em ações cíveis, movidas entre outros, por prestadores de serviços e INSS, referente a pedidos de indenização, perfazendo o montante de R\$ 2.640 atualizado até 31 de março de 2020.

4. Fatores de risco / 4.7 - Outras contingências relevantes

A Companhia, com base na opinião de seus assessores legais, não apresenta outras contingências relevantes não abrangidas nos itens anteriores.

4. Fatores de risco / 4.8 - Regras-país origem/país custodiante

Não aplicável, pois a Companhia é de origem Brasileira.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

A Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos. No entanto, possui normas internas que norteiam a gestão de riscos, aprovadas pelo Comitê Financeiro, formado por membros do Conselho de Administração, da Diretoria e da Gerência Financeira.

Essas normas, tem por objetivo:

1. Exposição cambial de caixa;

- a. a saldo de caixa deve ser suficiente para cobrir 12 meses de obrigações a pagar em dólares;
- b. em caso de excesso de caixa, a Tesouraria irá transferir o valor para o Brasil mensalmente.

2. Compliance para movimentação financeira;

- a. Risco de concentração (sobre disponível)
- b. Risco de crédito (sobre disponível)
- c. Risco de liquidez
- d. Risco de ativos

3. Antecipações estratégicas a fornecedores.

Todas as antecipações estratégicas a fornecedores devem ser aprovadas previamente pela Diretoria.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

As informações pertinentes constam no item 5.1 deste relatório de referência.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

(a) as principais práticas de controles internos e a grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las:

Companhia dispõe de políticas e procedimentos divulgados aos seus colaboradores com o objetivo de orientar e estabelecer parâmetros dos processos para alinhamento às estratégias da organização. O sistema de controles internos está estruturado para assegurar a efetividade das suas operações, de seus sistemas de informação e o cumprimento das normas aplicáveis.

A efetividade do sistema é avaliada pelos auditores independentes como parte dos procedimentos de auditoria das demonstrações financeiras e por auditorias feitas diretamente pelas áreas de auditoria interna e controladoria, cujos relatórios contribuem para ações de melhoria contínua.

A Auditoria Interna de forma independente reporta as recomendações de melhorias necessárias aos processos, bem como realiza o monitoramento efetivo do Relatório de Controles Internos da auditoria externa. Com base na sua avaliação, a Administração concluiu que a Companhia mantém controles internos adequados sobre os relatórios financeiros, sem identificação de deficiências significativas a ponto de afetar a preparação e a qualidade das Demonstrações Financeiras.

Constantemente, há adequação dos controles internos a fim de acompanhar eventuais mudanças nas condições existentes nos processos e garantir a conformidade com as políticas internas, legislação e normas vigentes.

Os relatórios financeiros e a preparação das demonstrações financeiras para divulgação externa, são elaborados conforme práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS).

A Companhia conta com o ERP SAP, eficiente, seguro, reconhecido mundialmente e presente em diversas instituições de grande porte do Brasil e do Mundo.

(b) as estruturas organizacionais envolvidas:

Dentro da estrutura de governança da companhia a Diretoria, a qual é composta pelos diretores estatutários, dentre outras atribuições respondem pelas informações das demonstrações financeiras, tendo como suporte para a elaboração dessas informações, a Controladoria onde se concentram de forma corporativa a contabilidade da empresa Mangels, garantindo a adoção das boas práticas de controle interno e observação das normas contábeis aplicáveis. A Auditoria Interna Corporativa atesta a cobertura de avaliação para os processos relevantes da organização, levando em consideração os objetivos estratégicos da companhia, avaliando a eficácia dos controles internos frente a possíveis riscos.

(c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do Emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento:

Os resultados dos trabalhos de Auditoria Interna Corporativa são reportados ao Conselho de Administração, e aos Diretores e Gerentes dos processos avaliados.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Para todas as deficiências apresentadas são solicitados à gestão a elaboração de planos de ação, sendo os mesmos monitorados posteriormente pela auditoria para fins de follow-up e de acompanhamento de indicadores de conformidade. A Controladoria Corporativa monitora e acompanha todos os planos de ação originados dos pontos de melhoria de controles internos que integram o relatório de recomendações e comentários emitidos pela auditoria externa. Monitora os planos de ação relativos as melhorias ou implementações de controles internos chaves em resposta aos riscos corporativos mapeados, reportando à diretoria da companhia, bem como ao Conselho de Administração os resultados desse gerenciamento.

(d) **deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente:**

Parte A – Novas recomendações

(i) **Recomendações para atenção dos responsáveis pela governança (deficiências significativas)**

1. Deficiência no acompanhamento dos processos de PIS e COFINS _CD_16

Situação Observada

Visando garantir o seu direito de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, a Companhia entrou com os processos abaixo.

Para o processo 0035872.28.2002.4.01.3400, a Companhia tomou ciência no momento do trânsito em julgado. Porém, até o momento não reconheceu os créditos relativos a esse processo. A Companhia entende que a melhor estimativa é com base na metodologia COSIT. Mas não possuem memória de cálculo do saldo apresentado, pois, ocorreu o distrato com o antigo escritório responsável pelo processo, e atualmente, a Companhia está em fase de levantamento das documentações para seguir com a execução judicial.

Em 24/01/2019, a decisão judicial favorável à MICL tornou-se definitiva (trânsito em julgado, sem possibilidade de recursos), para o processo nº 0004004-50.2007.4.03.6100. *A Companhia tomou ciência somente dia 28/06/19, data de emissão da certidão.*

Em 13/12/2019 foi certificado o trânsito em julgado do Acórdão que reconheceu o direito creditório em relação ao passado e a desoneração das operações subsequentes do processo nº 5000806-57.2016.4.03.6114. *A Companhia tomou ciência somente em abril de 2020, na emissão do despacho.*
(Habilitação do processo junto à Receita Federal foi em 14/04/2020)

Recomendação

Recomendamos que o departamento jurídico estabeleça procedimentos de acompanhamento tempestivos sobre 100% dos processos que possa apresentar risco de contingência nos saldos contábeis.

Possíveis efeitos

A Companhia não apresentou no decorrer do exercício 2019 as informações de forma adequada com relação aos trânsitos julgados:

Março de 2019: nada foi divulgado com relação ao assunto, porém, constava 1 processo já com trânsito em julgado.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Junho, setembro e dezembro de 2019: Foi divulgado que dos 3 processos judiciais, 2 tiveram trânsito em julgado. Para dezembro de 2019, a informação correta, seria que os 3 processos foram certificados os trânsitos julgados.

a. Superveniências federais

A Companhia discutia a tese de que o ICMS não integra a base de cálculo do PIS e da COFINS em três processos judiciais, que abrangem os fatos geradores ocorridos a partir do ano 1992. No primeiro semestre de 2019, foram certificados os trânsitos em julgado para dois processos da Companhia, referente aos períodos de 1992 a outubro de 2011. Os efeitos dessas decisões estão sendo apurados pela Companhia.

O reconhecimento desse crédito extemporâneo para o período de apuração de 1992 a outubro de 2011 será registrado como "Outras receitas operacionais" assim que for possível realizar uma estimativa confiável. A Companhia está envidando esforços para concluir os cálculos o quanto antes.

Comentários da Administração

2. Revisão Especialistas Indiretos

Situação Observada

Durante a revisão do time de TAX Indiretos da KPMG foi identificada ausência de documentos, tais como:

- a) DACON dos meses de 09.2010; 01.2011; 03.2011; 05.2011; 07.2011;
- b) GIA dos meses 02.2009; 03.2009 (São Bernardo do Campo) e o mês de 02.2009;
- c) DCTF do mês de 09.2007;
- d) Apuração das contribuições para o PIS e COFINS dos meses 06.2007; 09.2007; 02.2009; 03.2009 e
- e) Guia de recolhimento do ICMS dos meses 06.2007; 09.2007; 02.2009; 03.2009; 05.2011 e 07.2011 (São Bernardo do Campo), os meses 06.2007; 09.2007; 02.2009 (Galvanização), os meses 05.2011 e 07.2011 (Três Corações) e o mês 07.2011 (Aparecida de Goiânia).

Recomendação

Recomendamos que a Companhia apresente seus controles organizados para auxílio nas validações de bases contabilizadas.

Comentários da Administração

Para as DACON's faltantes será solicitada a 2ª via a RFB (09/2010, 01/2011, 03/2011, 05/2011 e 07/2011).

Para as guias de ICMS faltantes: a Solução de Consulta (SC) COSIT 13/18 menciona que, preferencialmente, o ICMS a recolher a ser considerado nos cálculos deve ser aquele declarado nas EFD – ICMS/IPI e para os casos de inaplicabilidade desse demonstrativo pode ser aquele constante das guias ou das GIA's. Desta forma, em que pesem as guias em si, que de toda a forma são bem vindas, os cálculos foram realizados com base no ICMS a recolher declarados na EFD ICMS/IPI e nas GIA's (dependendo do período), nos estritos termos da SC 13/18. Ademais, apenas por medida de cautela, realizamos na época uma análise a partir do razão da conta de passivo do ICMS a recolher e constatamos que os valores de ICMS a recolher das filiais/períodos mencionados no item "e" foram devidamente recolhidos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

A Companhia possui o Código de Ética aprovado pelo Conselho de Administração em 08 de agosto de 2011.

O documento pode ser consultado no site da Companhia: www.mangels.com.br

A Companhia possui o canal de denúncias disponível para o recebimento de denúncias internas e externas, sendo mantidos o sigilo e a privacidade, não sendo necessário a identificação.

O canal de denúncias está disponível no próprio site da Companhia ou pelo telefone 0800 2929 400, onde as denúncias são direcionadas para a área de Auditoria Interna.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

No último exercício social não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado ou na política de gerenciamento de riscos adotada pela Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes, além das divulgadas nos itens anteriores.

6. Histórico do emissor / 6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM

Data de Constituição do Emissor	18/09/1959
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Anônima
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	28/12/1971

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

A Mangels foi fundada em 1º de outubro de 1928 por dois imigrantes alemães, Max H. H. Mangels Jr. e Heinrich Kreutzberg. Como o Brasil daquela época ainda não dispunha de sistemas de abastecimento de água, os sócios logo vislumbraram uma grande oportunidade de trabalho: fabricar baldes em aço galvanizado, item até então importado da Europa.

Com um produto tão simples, nascia também a vocação da Empresa de alinhar-se permanentemente às transformações e atender às reais demandas do mercado.

A primeira fábrica da Mangels foi construída no Bairro da Mooca, na cidade de São Paulo, e até 1969 continuou como a única unidade fabril da empresa.

O mundo vivia momentos conturbados, como a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque e a sucessão de acontecimentos que, anos depois, iriam dar início à 2ª Guerra Mundial.

Já em 1932 a Empresa empreendia seu primeiro programa de diversificação produtiva, passando a fabricar ferragens para as linhas de distribuição e transmissão de energia elétrica criadas pela Light para um país que iniciava seus primeiros passos rumo ao desenvolvimento.

E o mercado se modificava. Para acompanhar o novo cenário e reforçando sua vocação pioneira, a Mangels dava início em 1938 à produção de botijões para a distribuição de Gás Liquefeito de Petróleo, o GLP.

No início dos anos 50, com a chegada de Max E. Mangels e Peter Mangels, a Empresa passaria a ser comandada por uma nova geração da família de seus fundadores. Naquela década, o País seria governado pelo Presidente Juscelino Kubitschek que, sob o lema “50 anos em 5”, privilegiou os investimentos nos setores de energia, transporte, alimentação, indústria de base e educação. Foi a partir de seu incentivo que, em 1958, tiveram início as atividades da indústria automobilística brasileira.

Mais uma vez, a Mangels provava estar conectada com seu tempo, e passava a produzir rodas e autopeças, selando também seu compromisso de qualidade com os mais rigorosos padrões internacionais de fabricação.

Em 1969, a Mangels iniciava seu programa de expansão em duas frentes: a inauguração de sua segunda fábrica, em São Bernardo do Campo, para produção de tiras de aço e a aquisição das empresas Bratal Ferro e Aço e Laminação Panambra. Instalava também o primeiro Centro de Serviços de Aço da América Latina, localizado junto à unidade fabril de aços relaminados. Em 1970, iniciava a fabricação de novos modelos de rodas de aço e fazia já as primeiras exportações destes produtos para os Estados Unidos.

A partir de 1971, a Empresa abre seu capital e passa a ter suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo. Em 1972, inaugura sua terceira fábrica, a de Cilindros para GLP, em Três Corações, no Estado de Minas Gerais. Em 1974, adquire mais uma companhia, a Laminação Baukus, voltada à laminação de tiras de aço com avançada tecnologia em ligas e aços tratados termicamente.

Atuando em segmentos altamente exigentes e qualificados, a Mangels logo se tornou sinônimo de qualidade. Foi este reconhecimento que permitiu à Empresa conquistar novos mercados com seus produtos diferenciados. Assim, a Mangels passou a exportar cerca de 15% de sua capacidade,

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

principalmente para os países desenvolvidos, mercado caracterizado pelos elevados níveis de exigência.

Marcando mais uma vez seu pioneirismo e vocação básica de inovação, a Mangels instala em 1989 uma nova fábrica de rodas de liga leve de alumínio, em complementação às rodas de aço. É nesse período que passa a ser estruturada em Unidades de Negócio, com a criação de três divisões: Divisão Aços, Divisão Rodas e Divisão Cilindros.

Essas mudanças ocorreram justamente com a nomeação de Robert (Bob) Mangels à Presidência, representante da terceira geração da família que dirige a Empresa desde a sua fundação.

No Brasil, a década de 90 foi marcada por profundas transformações, como a abertura dos mercados, o aumento de competitividade e o início da incorporação do processo da globalização. O novo executivo promove uma profunda reestruturação, dando foco às atividades eleitas para o “core business”: Aços, Rodas e Cilindros. Os demais negócios foram vendidos ou encerrados.

Um amplo programa de modernização fabril teve também início. Entre os anos de 1994 e 2000 a Mangels investiu mais de US\$ 70 milhões objetivando, principalmente, o aumento de qualidade e produtividade. A fábrica da Mooca, que ainda detinha a atividade de galvanização, foi desativada e transferida para Guarulhos, em São Paulo. Além disso, foram inauguradas as oficinas de requalificação da Divisão Cilindros, passo essencial para que a Mangels pudesse oferecer aos seus clientes um completo rol de produtos e serviços. Também neste período a Empresa obteve a certificação ISO 9000 em suas três divisões.

Foi nessa época também que Robert Mangels passou a implementar uma filosofia de gestão de pessoas baseada nos princípios da liderança participativa, da ética e, acima de tudo, da transparência. Na visão do gestor, este modelo garante a excelência profissional, a valorização e o contínuo aprimoramento dos colaboradores da Mangels.

Em 2003, a Mangels aderiu ao segmento especial denominado Nível 1 de Governança Corporativa da Bovespa, formalizando seu compromisso de transparência e uniformização nas informações prestadas ao mercado. Nesta época, a Mangels contava com cinco fábricas, localizadas nos municípios de São Bernardo do Campo e Guarulhos, em São Paulo, e Três Corações, em Minas Gerais (fábricas 1 e 2 da Divisão Rodas e fábrica da Divisão Cilindros). Seu escritório central era localizado no Bairro da Chácara Santo Antônio, na Cidade de São Paulo, onde se concentram as atividades financeiras e administrativas.

Em julho de 2006, foi definido o novo plano estratégico da Empresa, para o período de 2007 a 2011, que tem como foco os negócios de maior potencial de crescimento e rentabilidade, a simplificação da gestão, a capacitação dos recursos humanos, e como prioridade absoluta à melhoria operacional e o atendimento aos nossos clientes.

No ano de 2007 a Mangels anunciou a implementação do maior plano de investimentos trienal de sua história, contemplando aumento de capacidade de produção na Divisão Rodas, em Minas Gerais, que em 2006 produzia 1,3 milhão de rodas de alumínio por ano, passando para 1,75 milhão no final de 2007; ampliação e modernização da fábrica de aços relaminados, em São Bernardo do Campo, construção de uma planta nesta mesma cidade do ABC paulista, para atendimento dos seus clientes do centro de serviços de aços e o início da construção de outra fábrica na Zona Franca de Manaus.

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

Em 2008 a Mangels completou 80 anos. Além desse fato marcante, o ano também teve destaque pelos investimentos realizados. Como parte do plano de investimentos trienal, a Mangels em 2008 investiu R\$ 82,9 milhões, atingindo a soma de R\$ 122,6 milhões de investimentos desde 2007. Foi inaugurada em dezembro de 2008 a nova unidade do centro de serviços de aço na Zona Franca de Manaus, para atendimento dos clientes de Manaus e toda a região Norte. Esta nova unidade fabril tem capacidade anual de produção de 77 mil toneladas de aço.

De acordo com a estratégia adotada em 2006, os investimentos da Empresa têm sido direcionados principalmente para as Divisões Aços e Rodas. Juntamente com a unidade de Manaus, da Divisão Aços, foram adquiridos diversos equipamentos para a fábrica de São Bernardo do Campo para aumento de capacidade produtiva e de produtividade. A Divisão Rodas recebeu novas máquinas e equipamentos destinados a melhorias de produtividade e qualidade, merecendo menção especial, a linha de pintura horizontal, que propiciará a Mangels fornecer rodas de alumínio para os mercados de países desenvolvidos, visto que esta linha atenderá aos mais elevados padrões de exigências técnicas mundiais.

Os investimentos no ano de 2010 somaram R\$ 66,9 milhões, voltados principalmente para o aumento de eficiência produtiva e para aquisição das quotas representativas de 100% do capital da Superfície Ltda e

E.Koga & Cia. Ltda., que atuam, respectivamente, na requalificação de recipientes transportáveis de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) e na separação e classificação de vasilhames vazios de GLP.

Em 2011, os principais investimentos foram para a construção da nova linha de decapagem no Negócio Aços, a aquisição de equipamentos na linha de usinagem e reciclagem de cavacos de alumínio no Negócio Rodas, e para a construção da nova Requalificadora de botijões de GLP na Bahia, inaugurada em agosto de 2011 pelo Negócio Cilindros.

Para enfrentar esses desafios de 2012, a Companhia tomou medidas expressivas. Os negócios de Galvanização foi vendida e o de Aços em São Bernardo do Campo, que operava com margens de lucro insatisfatórias estava em fase de descontinuação.

Como parte de um processo de reestruturação financeira, a Companhia protocolou pedido de Recuperação Judicial (RJ) em 1º de novembro de 2013, cujo deferimento foi publicado no Diário da Justiça Eletrônico em 27 de novembro de 2013.

O Plano de Recuperação Judicial foi aprovado na Assembleia Geral de Credores ocorrida no dia 05 de dezembro de 2014 e posteriormente, homologado no dia 15 de dezembro de 2014, o que permitindo à Companhia a superação da crise econômico-financeira, proporcionando honrar compromissos com credores, focar em seus negócios e preservar empregos.

Em dezembro de 2015, a Companhia passa a ter como novo endereço de sua sede social o bairro do Planalto, no município de São Bernardo do Campo, alterado em outubro de 2017 para o Centro do próprio município de São Bernardo do Campo.

O decreto de encerramento da Recuperação Judicial se deu em 14 de março de 2017, conforme detalhado no ítem 6.5 deste Relatório de Referência.

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

Em 2018, a Mangels comemora 90 anos de história e comprometimento com seus clientes, fornecedores, colaboradores e sociedade em geral.

6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação

ENCERRAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Em 14 de março de 2017 foi decretado o encerramento da Recuperação Judicial da Mangels, pelo Dr. Marcelo Sacramone, da 2ª Vara de Falências e Recuperação Judicial de São Paulo, a pedido da Dra. Osana Mendonça, sócia da KPMG Corporate Finance, nomeada como Administradora Judicial.

Essa excelente notícia em um ambiente adverso da economia é fruto de um bem sucedido trabalho de reestruturação, que devolveu à Mangels o equilíbrio financeiro e operacional para retomar seu crescimento e o papel de destaque que sempre teve na cadeia de suprimento da indústria automobilística.

A receita para virar o jogo foi a execução de um plano com SETE PILARES CHAVES: 1- Estabilização da crise: através de controles rígidos; 2- Liderança: substituição de executivos; 3- Apoio das partes interessadas: comunicação com credores, clientes e colaboradores; 4- Foco estratégico: definição do principal negócio e investimentos; 5- Mudança organizacional: através de mudança de pessoas e criando projetos motivacionais; 6- Melhoria de processos críticos; reduzindo custos e despesas na produção, logística, vendas e administrativas; 7- Reestruturação financeira: reduzindo o capital de giro, controle efetivo do caixa e negociações de prazos com fornecedores e clientes.

Ao mesmo tempo em que fortaleceu seu caixa, a Companhia implementou mudanças organizacionais decisivas para a recuperação de sua saúde financeira, reduzindo custos e melhorando o fluxo de caixa, com a implantação de um rígido controle de despesas e custos. O quadro de executivos passou de 52 para 25 cargos, medida que gerou grande economia e agilidade na tomada de decisões. Outro destaque foi a revisão de todos os contratos junto aos fornecedores de materiais e prestadores de serviços.

Mesmo em Recuperação Judicial, a Mangels investiu mais de R\$ 45 milhões nos últimos quatro anos com a implantação de projetos importantes como o SAP na gestão, injetoras de alumínio, aquisição de novo forno de tratamento térmico e até na implantação da sua primeira célula de usinagem robotizada.

O encerramento da Recuperação Judicial ocorre três meses depois da Mangels ter aprovado o Aditivo que alterou as condições de pagamento estabelecidas no plano inicial, aumentando a carência para mais dois anos, além do prazo de pagamento o que possibilita melhor redistribuição e equilíbrio no fluxo de pagamento da dívida durante o período.

Ao atravessar esta verdadeira prova de fogo, a Companhia está fortalecida, com um time competente e comprometido, pronta para expandir a atuação no mercado produtor de rodas de alumínio, reforçando a sua missão que é ser a 1ª opção para clientes, colaboradores e fornecedores, sem esquecer dos seus valores: Transparência, coragem, humildade e confiança.

Os detalhes do aditivo também encontram-se disponíveis no portal da Companhia (www.mangels.com.br), bem como no portal da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br).

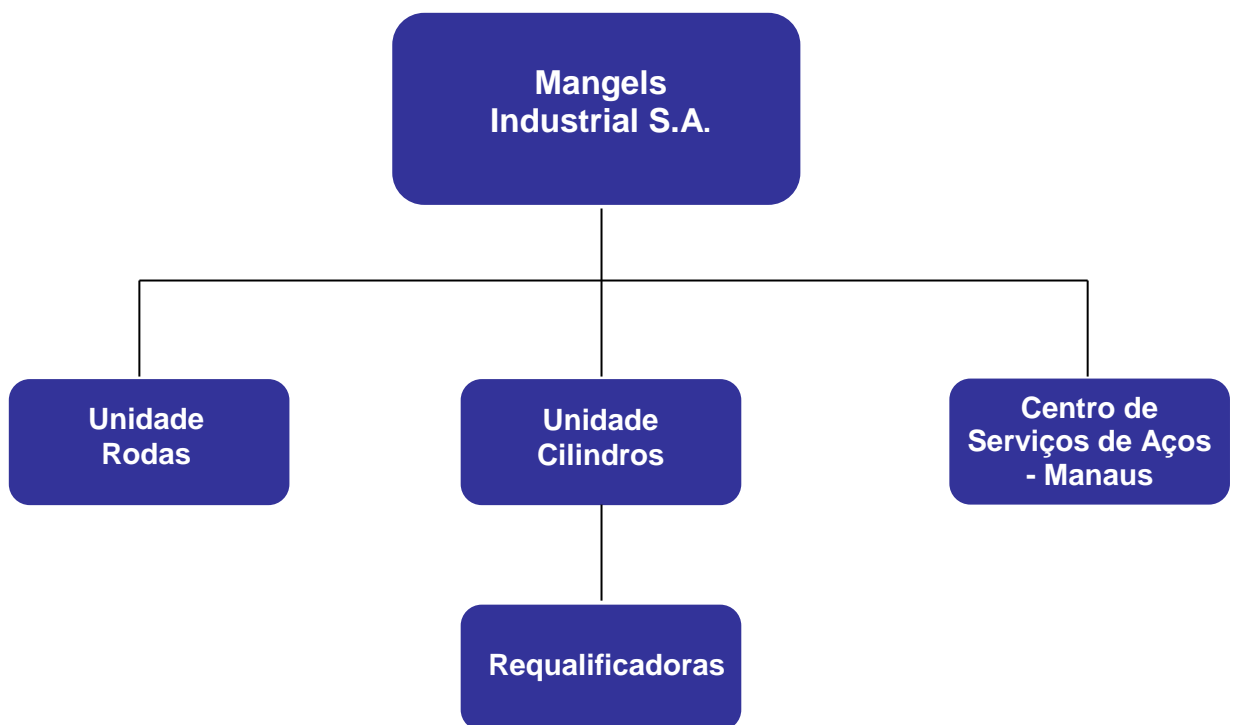
6. Histórico do emissor / 6.6 - Outras inf. relev. - Histórico

Todas as informações que a Companhia julgue relevantes foram divulgadas nos itens anteriores.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

Para fins de administração, a Companhia é dividida em unidades de negócio, com base nos produtos e serviços, com três segmentos operacionais sujeitos a divulgação de informações:

- **Unidade Rodas:** Situada em Três Corações (MG);
- **Unidade Cilindros:** Situada em Três Corações (MG).
- **Centro de Serviços de Aços:** Instalado em Manaus (AM);



7. Atividades do emissor / 7.1.a - Infs. de sociedade de economia mista

A Companhia não se enquadra como sociedade de economia mista.

7. Atividades do emissor / 7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais

a. Produtos e serviços comercializados

- *Unidade Rodas:* a fábrica produz rodas de alumínio originais para montadoras de veículos;
- *Cilindros:* a fábrica é responsável pela produção de cilindros para gás liquefeito de petróleo (GLP) e tanques de ar comprimido. A divisão possui o serviço de requalificação de cilindros para GLP, na própria planta de Três Corações mais cinco requalificadoras localizadas em Canoas (RS), Goiânia (GO), Feira de Santana (BA), Araucária (PR) e Paulínia (SP), além do centro de serviço de classificação de vasilhames vazios de GLP em Araucária (PR) e de fabricação de produtos estampados em formato de eixo “V” para automóveis.
- *Centro de Serviços de Aços:* o segmento é responsável pelo fornecimento de tiras e bobinas laminadas a quente e frio, revestidas a zinco;

b. Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia e

c. Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido.

A tabela abaixo apresenta as informações por segmento da Companhia, destacando a participação de cada um na receita líquida e no lucro líquido:

	2017 (em milhares de R\$)			
	Rodas	Cilindros	Aços - Manaus	Consolidado
Receita operacional líquida	228.552	191.969	25.462	445.983
% do segmento na receita líquida consolidada	51%	43%	6%	100%
Lucro (prejuízo) líquido do exercício ⁽ⁱ⁾	(21.850)	(1.941)	1.716	(22.075)
% do segmento na lucro líquido consolidado	99%	9%	-8%	100%

⁽ⁱ⁾ sem efeito "PERT" (10.1.h)

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

a. Características do processo de produção

Rodas

O processo padrão para fabricação de alumínio envolve:

- Fundição
- Usinagem
- Acabamento
- Embalagem

Cilindros

- Botijões novos (Recipientes para acondicionamento de GLP)
Material utilizado: aço carbono recebido em bobinas.
Processo: corte, conformação, soldas, tratamento térmico, pintura e teste do produto.
- Requalificação de Botijões:
Processo: serviços de inspeção, troca de alça e base, repintura e fixação de selo para revalidação de botijões.

Este serviço é uma exigência legal da Agência Nacional do Petróleo para Botijões, onde todo novo botijão deve voltar para requalificação após 15 anos de vida e depois de 10 em 10 anos consecutivamente.

- Tanques de ar para sistema de freio de caminhões e ônibus para montadoras.
Material Utilizado: aço carbono recebido em bobinas.
Processo: corte, conformação, soldas, teste e pintura.

Centro de serviços de aços – Manaus

Os processos de corte circular, recorte e aplainamento, atendem à exigentes especificações e seu moderno sistema de controle de produção oferece lead-time mínimo e garantia de entrega.

b. Características do processo de distribuição

Rodas

O processo de distribuição é feito pela própria empresa. As vendas são operacionalizadas por profissionais próprios e representantes. Não possuímos centros de distribuição.

Cilindros

O processo de distribuição é feito pela própria empresa. As vendas são operacionalizadas por profissionais próprios e representantes. Não possuímos centros de distribuição.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

Centro de serviços de aços – Manaus

O processo de distribuição é feito pela própria empresa. As vendas são operacionalizadas por profissionais próprios e representantes. Não possuímos centros de distribuição.

c. Características dos mercados de atuação, em especial

i. participação em cada um dos mercados

Rodas

Mercado nacional: 86%

Exportação: 14%

Cilindros

Mercado nacional: 92%

Exportação: 8%

Centro de serviços de aços – Manaus

Mercado Nacional: 100%

d. Eventual sazonalidade

Rodas

Em 2017, a redução de 4% da receita líquida quando comparado ao exercício anterior, 2016, se deve ao nível econômico do alumínio, principal matéria prima utilizada e a desvalorização do dólar frente ao real, impactando as exportações.

Cilindros

O desempenho das operações da unidade de negócios de Cilindros, sofre reflexos das empresas que atuam no setor de GLP e do mercado de veículos pesados.

Em 2017, no setor de GLP, houve aumento na demanda de botijões novos e redução nos serviços de requalificação, quando comparado ao exercício anterior.

O mercado de veículos pesados, após sucessivas quedas de produção, apresentou um aumento de 30,9%, comparado ao exercício anterior, impactando diretamente nas vendas de tanques de ar para caminhões e ônibus.

Centro de serviços de aços – Manaus

O desempenho das operações da unidade de negócios de Aços, sofre influências das indústrias de motocicletas e automóveis leves.

O principal fator para esse crescimento foi o aumento no volume de vendas de eixos para automóveis, enquanto que o mercado de motocicletas se manteve estável com os mesmos volumes do ano anterior, ainda sofrendo o impacto das restrições do crédito e ao aumento das taxas de juros bancários.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

e. Principais insumos e matérias primas

i. Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

Os principais insumos e matérias primas comprados são: Aço, Alumínio e Zinco, e não estão sujeitos a controle ou regulamentação governamental.

Na compra de Aço a relação com os fornecedores é de longo prazo e as Usinas no Brasil não negociam contratos formais.

ii. eventual dependência de poucos fornecedores

Para a compra de nossa matéria prima e insumo, existem poucos e grandes fornecedores, o que limita a concorrência, com conseqüente volatilidade de preços. A contratação destes fornecedores não está sujeita a controle ou regulamentação governamental

iii. eventual volatilidade em seus preços

Na compra de Aço, os preços acompanham movimentos internacionais da commodity, já os preços do Alumínio, acompanham movimentos internacionais estabelecidos pela London Metal Exchange – LME.

7. Atividades do emissor / 7.4 - Principais clientes**a. Montante total de receitas provenientes do cliente****b. Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente**

<u>Cliente</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>% Receita líquida total</u>	<u>Segmento operacional</u>
Grupo Honda	83.736	19%	Rodas
Grupo Ultra	43.099	10%	Cilindros
Demais clientes	319.148	72%	-
Receita operacional líquida	445.983	100%	

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

a. Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Unidade Rodas (Três Corações – MG)

Licenças Ambientais junto aos Órgãos Ambientais (SUPRAM, IGAM e FEAM), Cadastro Técnico Federal no IBAMA, Cadastro Técnico Estadual na FEAM, Alvará de Funcionamento na Prefeitura Municipal de Três Corações, Alvará de Funcionamento junto a Vigilância Sanitária de Três Corações, Licença de Funcionamento no Departamento de Polícia Federal, Certificado de Registro no Ministério da Defesa do Exército Brasileiro, Licença de Atividade de Empresa Empresa junto a Polícia Civil de Minas Gerais e Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiro (AVCB).

Unidade Aços (Três Corações – MG)

Licenças Ambientais junto aos Órgãos Ambientais (SUPRAM, IGAM e FEAM), Cadastro Técnico Federal no IBAMA, Cadastro Técnico Estadual na FEAM, Alvará de Funcionamento na Prefeitura Municipal de Três Corações, Alvará de Funcionamento junto a Vigilância Sanitária de Três Corações, Licença de Funcionamento no Departamento de Polícia Federal, Certificado de Registro no Ministério da Defesa do Exército Brasileiro, Licença de Atividade de Empresa Empresa junto a Polícia Civil de Minas Gerais e Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiro (AVCB).

Centro de serviços de aços - Manaus

Licenças Ambientais junto aos Órgãos Ambientais (IPAAM, SUFRAMA), Cadastro Técnico Federal no IBAMA, Alvará de Funcionamento na Prefeitura de Manaus e Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiro (AVCB).

b. Política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

A Mangels, por meio das Unidades de Rodas e Aços (Três Corações – MG), compromete-se com a seguinte Política:

- Fornecer produtos com qualidade, preço e prazo competitivos, de forma ética e atender a todos os requisitos aplicáveis aos produtos e seus processos de manufatura;
- Assegurar a parceria com clietes e fornecedores;
- Prevenir a poluição, minimizando ou controlando o consumo de recursos naturais, as emissões atmosféricas, o lançamento de efluentes líquidos e a geração de resíduos;
- Prevenir acidentes e doenças ocupacionais, preservando a saúde e a integridade física dos colaboradores e contratados;
- Aprimorar a qualidade de vida no trabalho e na comunidade
- Garantir o desenvolvimento pessoal e profissional de seus colaboradores;

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

- Atender à legislação e outros requisitos aplicáveis aos seus Aspectos Ambientais, Saúde & Segurança e Responsabilidade Social;
- Melhorar continuamente a eficácia do sistema de Gestão Integrada.

c. Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades**Unidade Rodas (Três Corações – MG)**

Política de Gestão Integrada em atendimento aos requisitos da Norma ISO 14001 / OHSAS 18001.

Unidade Aços (Três Corações – MG)

Não se aplica, pois não temos dependência para o desenvolvimento das atividades.

Centro de serviços de Aços - Manaus

Não se aplica, pois não temos dependência para o desenvolvimento das atividades.

7. Atividades do emissor / 7.6 - Receitas relevantes no exterior

- a. Receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor
- b. Receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor
- c. Receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor

O quadro abaixo demonstra a receita operacional nos mercados interno e externo, por unidade de negócio e sua participação na receita líquida total da Companhia no exercício de 2017.

	2017				
	Cilindros	Rodas	Centro de serviços de Aços - Manaus	Total	% ROL
Mercado Interno	180.010	196.260	35.766	412.036	92%
Mercado Externo (América do Sul e Central)	1.655	32.292	-	33.947	8%
	<u>181.665</u>	<u>228.552</u>	<u>35.766</u>	<u>445.983</u>	<u>100%</u>

7. Atividades do emissor / 7.7 - Efeitos da regulação estrangeira

A Companhia esta sujeita a legislação específica de cada país onde atua com os riscos relativos de cada operação internacional, incluindo regulamentações.

7. Atividades do emissor / 7.8 - Políticas socioambientais

- a. Se o emissor divulga informações sociais e ambientais
- b. A metodologia seguida na elaboração dessas informações

Compromisso com a sustentabilidade é um valor importante para a Mangels. Estamos profundamente preocupados com a necessidade de preservar o meio ambiente, garantir a segurança dos nossos associados e proporcionar uma maior qualidade de vida para todos através de atividades socialmente responsáveis, não só no local de trabalho, mas também nas comunidades mais amplas que servimos. A sustentabilidade, portanto, é fundamental, abrange tudo, desde as práticas de negócios até as tecnologias utilizadas na fabricação de nossos produtos. Comprometemo-nos a respeitar a integridade do meio ambiente, dos nossos colaboradores e das comunidades que nos acolhem.

A Mangels também busca incentivar práticas sustentáveis entre nossos clientes e fornecedores. Isso inclui a participação em prêmios de sustentabilidade, visando melhorar os ambientes naturais e sociais no local de trabalho de uma forma que incentive nossos associados no uso consciente dos recursos.

Social

A Mangels demonstra o cuidado com as questões sociais e do bem-estar dos colaboradores, clientes, fornecedores e acionistas. Além disso, estamos engajados e envolvidos com as comunidades do entorno e promovemos ações sociais, como realização anual da campanha do agasalho, doação mensal de cestas básicas para entidade carente, na cidade de Três Corações.

Além disso estamos trabalhando na implantação de Projetos de Voluntariado e Projeto de Escola de Formação Mangels que tem como objetivo, capacitar e desenvolver jovens para o mercado de trabalho, por meio de aulas teóricas e vivências práticas na empresa, contribuindo para inclusão social, melhoria na qualidade de vida e o início das suas formações profissionais.

Meio ambiente

A Mangels possui uma gestão voltada para a preservação ambiental. É certificada pela ISO 14001:2015 buscando continuamente desenvolver ações no dia a dia que permitam evitar possíveis impactos ambientais. A Mangels busca, ainda, reduzir constantemente a geração de efluentes líquidos e de resíduos, assim como o consumo de energia e de água, reafirmando assim o compromisso com as novas gerações e com um planeta mais sustentável. A empresa comemora o dia mundial da água no dia 22 de março e o dia mundial do Meio Ambiente no dia 05 de junho. A empresa também promove algumas campanhas ecológicas como recolhimento de medicamentos vencidos, recolhimento de pilhas e baterias usadas e óleo vegetal usado, visando a destinação ambientalmente correta.

Segurança

Segurança é compromisso e responsabilidade que a Mangels renova diariamente, e a segurança nos processos e a proteção às pessoas são objetivos comuns em todos os negócios da Empresa. Atualmente a empresa faz o Gerenciamento das ações de Segurança com a implementação do Comitê de Segurança, isso é, nas reuniões de Diretoria a segurança tem uma agenda prioritária onde são reportados os indicadores, análise e investigação de incidentes. Diariamente nas reuniões de produção a primeira atividade e obrigatória é o report de um assunto da área de segurança, sendo a mesma realizada por um gestor conforme cronograma afixado na sala de reunião. Além destas

7. Atividades do emissor / 7.8 - Políticas socioambientais

ações a empresa possui uma Campanha específica com a finalidade de motivar os colaboradores na busca da conscientização (Rally de Segurança).

c. Se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente

Não se aplica

d. A página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações

As informações estão disponíveis no site da Companhia:
www.mangels.com.br

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

Todas as informações relevantes foram divulgadas nos itens anteriores.

8. Negócios extraordinários / 8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante

Não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia nos três últimos exercícios sociais.

8. Negócios extraordinários / 8.2 - Alterações na condução de negócios

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia nos três últimos exercícios sociais.

8. Negócios extraordinários / 8.3 - Contratos relevantes

Não houve contratos relevantes celebrados pela Campanhia e suas controladas, não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

8. Negócios extraordinários / 8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

Todas as informações relevantes foram divulgadas nos itens anteriores.

9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante

Todas as informações relevantes estão mencionadas no item 9.1 (a), 9.1 (b) e 9.1 (c).

9. Ativos relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
TERRENO COM AREA = 404.399,00 M2 - CILINDROS	Brasil	MG	Três Corações	Própria
EDIFICIO FABRICA DE CILINDROS E TANQUES	Brasil	MG	Três Corações	Própria
MAQUINA P/ESMAGAR PART.ALUMINIO	Brasil	MG	Três Corações	Própria
INSTRUMENTO P/ FUSAO DE CAVACOS HIRARO	Brasil	MG	Três Corações	Própria
FORNO SECADOR MOD. IDEX	Brasil	MG	Três Corações	Própria
FORNO TIPO POCO FUNCAO TRATAMENTO TERMICO	Brasil	MG	Três Corações	Própria
LINHA DE PINTURA AUTOMATICA RODAS	Brasil	MG	Três Corações	Própria
FORNO DE NORMALIZACAO	Brasil	MG	Três Corações	Própria
FORNO TRATAMENTO TERMICO CONTINUO	Brasil	MG	Três Corações	Própria
CENTRO DE USINAGEM - CILINDROS	Brasil	MG	Três Corações	Própria
EDIFICIO FABRICA DE RODAS DE ACO	Brasil	MG	Três Corações	Própria
EDIFICIO FABRICA DE RODAS DE ALUMINIO	Brasil	MG	Três Corações	Própria
CONSTRUÇÃO DE GALPÃO P/ PINTURA VERNIZ	Brasil	MG	Três Corações	Própria
LINHA DE PINTURA VERNIZ PÓ	Brasil	MG	Três Corações	Própria
BALANCEATRIZ AUTOMÁTICA EM LINHA LEONARD	Brasil	MG	Três Corações	Própria

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não existiam ativos intangíveis relevantes.

9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais Unidade)		Data	Valor (Reais Unidade)		
E Koga & Cia Ltda.	01.538.457/0001-17	-	Controlada	Brasil	PR	Araucária	Outras atividades de serviços prestados principalmente as empresas não especificadas anteriormente	99,990000
				Valor mercado				
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2020	6.585.213,59		
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Empresa adquirida em 18/10/2010 com a finalidade de atuar no setor de destroca de vasilhames de gás liquefeito de petróleo (GLP)								
Mangels Componentes da Amazonia Ltda.	08.470.524/0001-58	-	Controlada	Brasil	AM	Manaus	Produção de artefatos estampados de metal	99,990000
				Valor mercado				
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2020	39.078.058,50		
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Empresa constituída em 29/11/2006 com a finalidade de abrigar uma fábrica na Zona Franca de Manaus, p/ fabricação e comercialização de artefatos de ferro e aço, assim como peças para indústria automobilística.								

9. Ativos relevantes / 9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.

Todas as informações relevantes foram mencionadas nos itens anteriores.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

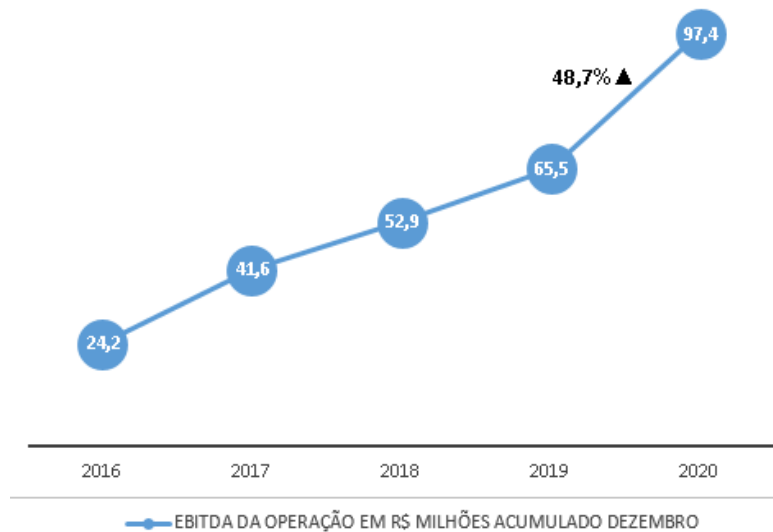
10 – Comentários dos Diretores

10.1 – Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

SENHORES ACIONISTAS:

Submetemos à apreciação e deliberação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Mangels Industrial S.A., acompanhadas do Relatório dos auditores independentes, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. As demonstrações financeiras são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e de acordo com os Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade ("IASB") e pelas normas e instruções emitidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários.

DESTAQUE:



O EBITDA chegou em R\$ 97,4 milhões no acumulado até dezembro de 2020, contra R\$ 65,5 milhões no mesmo período de 2019, ou seja, 48,7% de aumento. Isto é fruto de um trabalho bem-sucedido de reestruturação, iniciado em 2013, trabalho este que devolveu à Mangels o equilíbrio financeiro e operacional para retomar seu crescimento e a manutenção do destaque que sempre teve na cadeia de suprimentos da indústria automobilística e de recipientes de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP).

A receita para virar o jogo foi a execução de um plano de reestruturação com SETE PILARES CHAVES que levaram às ações como, por exemplo: implantação de controles rígidos; substituição de executivos; comunicação com credores, colaboradores, clientes, fornecedores e instituições financeiras; redefinição do negócio principal; mudanças estruturais; melhoria nos processos de produção, vendas, logística, qualidade; redução de custos e controle efetivo do caixa.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Ao mesmo tempo em que fortaleceu seu caixa, a Mangels implementou mudanças organizacionais decisivas para a recuperação de sua saúde financeira, reduzindo custos e melhorando o fluxo de caixa, com a implantação de um rígido controle de despesas e custos, por meio de mudança cultural.

CENÁRIO ECONÔMICO – 2021

Diante de um cenário onde as incertezas e os impactos provocados pela pandemia Global do COVID-19, está sendo desafiador prever índices e resultados para a economia, devido a isso as projeções exigem cautela.

No setor Veículos Automotores, conforme divulgado pela ANFAVEA (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores) apresentou suas estimativas para o ano de 2021 de um aumento de 25% na produção.

No Mercado de GLP (Gás Liquefeito de Petróleo) com o isolamento social em suas residências devido à pandemia, ao contrário dos demais derivados do petróleo, o GLP não reduziu no mundo e no Brasil. Segundo relatório “Fatos e Dados” da Petrobras de 18 de janeiro de 2021 e de acordo com a ANP, as vendas do botijão de gás de 13 quilos cresceram 5,3% em relação ao ano anterior. Segundo entrevista do dia 11 de janeiro de 2021 o presidente do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Gás Liquefeito de Petróleo (Sindicgas), relatou: “Em relação ao GLP, a expectativa do setor é de crescimento da demanda em torno de 1,5% a 2% em 2021”.

Conforme dados da Abraciclo a projeção de produção de motocicletas para o ano de 2021 terá um aumento na produção de 10,2% comparado ao ano de 2020.

Diante desse cenário, as novas estimativas são mais otimistas, a economia parece estar adaptando-se às atividades intensivas com o passar do tempo. As projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI) apresentam uma modesta melhora do PIB mundial de 4% para 2021. Em um cenário positivo, com pandemia controlada e a vacinação rápida, o crescimento global poderia acelerar para quase 5%, estima a instituição.

DESEMPENHO CONSOLIDADO

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

R\$ Milhões	1T20	2T20	3T20	4T20	2020	1T19	2T19	3T19	4T19	2019
Receita Bruta	180,6	99,0	183,2	202,6	665,4	157,0	182,1	170,4	171,2	680,7
Receita Líquida	147,1	79,6	153,0	166,6	546,3	126,1	148,3	141,6	140,3	556,3
Mercado Interno	131,3	73,4	131,1	158,2	494,0	113,2	129,4	122,9	121,5	487,0
Mercado Externo	15,8	6,2	21,9	8,4	52,3	12,9	18,9	18,7	18,8	69,3
CPV	(124,3)	(80,0)	(124,5)	(136,9)	(465,7)	(106,6)	(125,4)	(121,6)	(109,1)	(462,7)
Lucro Bruto	22,8	(0,4)	28,5	29,7	80,6	19,5	22,9	20,0	31,2	93,6
Margem Bruta	15,5%	-0,4%	18,6%	17,8%	14,8%	15,4%	15,5%	14,1%	22,2%	16,8%
Despesas (receitas) operacionais										
Vendas, adm. e gerais	(8,5)	(6,8)	(8,0)	(8,5)	(31,8)	(8,6)	(8,4)	(8,5)	(9,7)	(35,2)
Outras receitas (despesas)	(5,3)	9,4	1,3	24,3	29,7	(0,1)	0,2	1,2	(12,5)	(11,2)
Lucro (Prejuízo) Operacional	9,0	2,2	21,8	45,5	78,5	10,8	14,7	12,7	9,0	47,2
Resultado Financeiro	(99,1)	(27,6)	(16,7)	36,4	(107,0)	(11,7)	(5,1)	(36,4)	2,0	(51,2)
Despesa Financeira	(8,5)	(8,8)	(7,2)	(7,3)	(31,8)	(9,2)	(10,0)	(11,3)	(9,3)	(39,8)
Receita Financeira	0,2	4,0	0,1	11,8	16,1	0,2	-	0,4	1,1	1,7
Variação cambial líquida	(90,8)	(22,8)	(9,6)	31,9	(91,3)	(2,7)	4,9	(25,5)	10,2	(13,1)
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(90,1)	(25,4)	5,1	81,9	(28,5)	(0,9)	9,6	(23,7)	11,0	(4,0)
Imposto de renda e contribuição social	(0,7)	(0,3)	(0,8)	(0,6)	(2,4)	(0,6)	(0,6)	(0,7)	(0,6)	(2,5)
Lucro (Prejuízo) Líquido	(90,8)	(25,7)	4,3	81,3	(30,9)	(1,5)	9,0	(24,4)	10,4	(6,5)
EBITDA	13,8	6,9	26,5	50,2	97,4	15,3	19,3	17,3	13,6	65,5

As **vendas líquidas consolidadas** no 4º trimestre de 2020 chegaram ao valor de R\$ 166,6 milhões e no mesmo período de 2019 somaram R\$ 140,3 milhões, representando um aumento de 18,7%. No acumulado até dezembro 2019 somaram R\$ 556,3 milhões, já no mesmo período de 2020 chegamos a R\$ 546,3 milhões, uma redução de 1,8%.

O **lucro bruto consolidado** no 4º Trimestre de 2020 chegou a marca de R\$ 29,7 milhões e uma margem bruta de 17,8%, sendo este 4,8% inferior ao mesmo período de 2019 que foi de 31,2 milhões. No acumulado até dezembro ficou positivo em R\$ 80,6 milhões, com uma margem bruta de 14,8%. No comparativo com o mesmo período de 2019 foi de R\$ 93,6 milhões onde houve uma retração de 13,9%, reflexo direto do lockdown implementado nos nossos principais clientes do setor automotivo em virtude do COVID-19.

As **despesas com vendas, gerais e administrativas** apresentaram uma redução de R\$ 3,4 milhões quando comparadas ao acumulado de dezembro de 2020 contra mesmo período de 2019. Mesmo com os repasses de inflação e dissídios, esta redução é fruto das decisões assertivas do Comitê de Crise implantado para mitigar os impactos gerados pelo COVID-19.

Outras receitas (e Despesas) no acumulado de 2020 fechamos positivos em R\$ 29,7 milhões, dos quais R\$ 22,3 milhões são de valores pagos indevidamente referente a exclusão do ICMS da Base de Cálculo do PIS e da Cofins, referentes a processo transitado, julgado e homologados junto a Receita Federal que serão compensados com débitos de tributos e contribuições federais.

Lucro operacional no acumulado até dezembro de 2020 apurou R\$ 78,5 milhões contra R\$ 47,2 milhões no mesmo período de 2019, um aumento de 66,3%. Parte desta variação é o efeito da exclusão do ICMS da Base de Cálculo do PIS e da Cofins, que é de R\$ 22,3 milhões. Excluindo este valor e comparando os períodos acumulados o **Lucro operacional ajustado** seria de R\$ 56,2 milhões contra os R\$ 47,2 milhões de 2019, uma variação de 19,1% de aumento, um excelente desempenho.

No 4º Trimestre de 2020 apresentamos um **lucro líquido** de R\$ 81,3 milhões uma variação positiva de R\$ 70,9 milhões se comparado ao mesmo período de 2019, entretanto no acumulado até dezembro de 2019 apuramos um **Prejuízo líquido** de R\$ 6,5 milhões e no mesmo período de 2020 foi apurado um prejuízo de R\$ 30,9 milhões, este prejuízo é reflexo direto da desvalorização do Real frente ao Dólar que foi de 29% no acumulado até dezembro de 2020. A contabilização da variação cambial não afeta o caixa da Companhia, pois a maior parte da dívida é de longo prazo.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O **EBITDA** acumulado até dezembro 2020 foi de R\$ 97,4 milhões contra os R\$ 65,5 milhões do período anterior, um aumento de 48,7%. Parte desta variação é o efeito da exclusão do ICMS da Base de Cálculo do PIS e da Cofins, que é de R\$ 22,3 milhões. Excluindo este valor e comparando os períodos acumulados o EBITDA ajustado seria de R\$ 75,1 milhões contra os R\$ 65,5 milhões de 2019, uma variação de 14,6% de aumento, um excelente desempenho neste período do COVID-19.

O **EBITDA** é o principal indicador da Companhia, pois representa a geração de caixa para pagamento das obrigações e não está afetado pela variação cambial e a contabilização dos juros, ou seja, está diretamente relacionado a operação da Organização.

COMENTÁRIOS DOS NEGÓCIOS

RODAS

R\$ Milhões	1T20	2T20	3T20	4T20	2020	1T19	2T19	3T19	4T19	2019
Receita Bruta	101,9	20,0	101,3	126,5	349,7	86,9	106,7	101,4	95,9	390,9
Receita Líquida	84,3	17,3	85,8	104,7	292,1	71,2	88,7	83,9	80,0	323,8
Mercado Interno	68,5	11,8	64,6	99,3	244,2	58,3	69,8	65,2	61,2	254,5
Mercado Externo	15,8	5,6	21,2	5,3	47,9	12,9	18,9	18,7	18,8	69,3
CPV	(71,8)	(28,5)	(67,4)	(82,1)	(249,8)	(61,1)	(75,5)	(71,1)	(60,0)	(267,8)
Lucro Bruto	12,5	(11,2)	18,4	22,6	42,3	10,1	13,2	12,8	20,0	56,0
Margem Bruta	14,8%	-64,7%	21,4%	21,6%	14,5%	14,2%	14,9%	15,3%	25,0%	17,3%

O Setor automotivo foi um dos mais prejudicados no período, nossos clientes implantaram lockdown em suas atividades em meados de março quando a Organização Mundial de Saúde - OMS configurou como pandemia o surto do COVID-19. Nossos principais clientes retornaram suas atividades somente no final de Junho, outros ficaram totalmente parados até meados de maio, os demais neste período retomaram suas operações de forma gradativa.

Esta retomada gradativa gerou incertezas e falta de previsão impactando fortemente a produtividade nas linhas de produção. Esta situação poderia ser evitada se as entidades ligadas ao setor automotivo tivessem se organizado uma parada e retomada conjunta, amenizando o impacto na cadeia produtiva.

A receita líquida da Mangels Rodas no 4º trimestre de 2020 atingiu os R\$ 104,7 milhões, comparados aos R\$ 80,0 milhões do mesmo período de 2019, um crescimento de 30,9%. Em contra partida no acumulado até dezembro 2019 chegamos aos R\$ 323,8 milhões contra R\$ 292,1 milhões do mesmo período de 2020 ocasionando uma redução de 9,8%.

O **lucro bruto** do 4º trimestre de 2020 teve um crescimento de 13% sendo R\$ 22,6 milhões contra R\$ 20,0 milhões do mesmo período de 2019. O acumulado até dezembro de 2020 foi de R\$ 42,3 milhões. No acumulado até dezembro de 2019 chegamos em R\$ 56,0 milhões, o que representa para o mesmo período de 2020 uma redução de 24,5% em um cenário sem precedentes, que paralisou as produções dos nossos clientes e afetou toda a cadeia produtiva. A margem bruta no acumulado até dezembro de 2019 foi de 17,3% e o mesmo período de 2020 foi de 14,5%.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

CILINDROS

R\$ Milhões	1T20	2T20	3T20	4T20	2020	1T19	2T19	3T19	4T19	2019
Receita Bruta	66,9	72,4	68,2	63,0	270,5	56,5	67,2	57,7	53,9	235,3
Receita Líquida	51,3	56,4	54,2	49,6	211,5	42,5	51,4	46,6	41,5	182,0
Mercado Interno	51,3	55,7	53,5	46,6	207,1	42,5	51,4	46,6	41,5	182,0
Mercado Externo	-	0,7	0,7	3,0	4,4	-	-	-	-	-
CPV	(43,2)	(45,9)	(46,7)	(44,5)	(180,3)	(35,5)	(43,3)	(41,4)	(33,5)	(153,7)
Lucro Bruto	8,1	10,5	7,5	5,1	31,2	7,0	8,1	5,2	8,0	28,3
<i>Margem Bruta</i>	<i>15,8%</i>	<i>18,6%</i>	<i>13,8%</i>	<i>10,3%</i>	<i>14,8%</i>	<i>16,5%</i>	<i>15,9%</i>	<i>11,2%</i>	<i>19,3%</i>	<i>15,5%</i>

Por ser um item de primeira necessidade e extrema importância para as famílias dos Brasileiros nossa fabricação e requalificação de botijões continuaram ativas em pleno funcionamento. O pioneirismo na implantação de medidas protetivas, através de protocolos de saúde, segurança e higienização, foi fundamental para garantir a integridade dos colaboradores nesta fase. O isolamento social decorrente da pandemia do COVID-19 obrigou a população a passar mais tempo em casa e conseqüentemente o consumo de gás GLP disparou nas residências, principalmente no início da crise, entre final de março e começo de abril. Além disso os serviços de gastronomia sofrendo com as restrições de funcionamento, contribuíram para ampliar ainda mais o uso doméstico de GLP na preparação de alimentos.

Neste período a **receita líquida** no 4º trimestre de 2020 atingiu R\$ 49,6 milhões, demonstrando um aumento de 19,5% frente ao mesmo período do ano anterior de R\$ 41,5 milhões. Já no acumulado até dezembro de 2020 chegamos aos R\$ 211,5 milhões, contra R\$ 182,0 milhões do mesmo período do ano anterior, representando também um aumento de 16,2%.

O **lucro bruto** no 4º trimestre de 2020 foi R\$ 5,1 milhões, registrando uma diminuição de 36,3% em relação aos R\$ 8,0 milhões do mesmo período de 2019. No acumulado até dezembro de 2020 atingimos R\$ 31,2 milhões, superior em 10,2% em relação aos R\$ 28,3 milhões do mesmo período do ano anterior. Esse excelente desempenho é devido principalmente ao aumento dos volumes na produção de Cilindros de GLP.

AÇOS

R\$ Milhões	1T20	2T20	3T20	4T20	2020	1T19	2T19	3T19	4T19	2019
Receita Bruta	11,8	6,6	13,7	13,1	45,2	13,5	8,3	11,3	21,4	54,5
Receita Líquida	11,5	5,9	13,0	12,3	42,7	12,4	8,1	11,2	18,8	50,5
Mercado Interno	11,5	5,9	13,0	12,3	42,7	12,4	8,1	11,2	18,8	50,5
CPV	(9,3)	(5,6)	(10,4)	(10,3)	(35,6)	(10,0)	(6,6)	(9,0)	(15,6)	(41,2)
Lucro Bruto	2,2	0,3	2,6	2,0	7,1	2,4	1,5	2,2	3,2	9,3
<i>Margem Bruta</i>	<i>19,1%</i>	<i>5,1%</i>	<i>20,0%</i>	<i>16,3%</i>	<i>16,6%</i>	<i>19,4%</i>	<i>18,5%</i>	<i>19,6%</i>	<i>17,0%</i>	<i>18,4%</i>

Os produtos de aço englobam chapas de aço plano para a indústria de motocicletas, produzidas na planta industrial da Mangels em Manaus, bem como eixos traseiros em forma de lâminas de aço em perfil de “V” para automóveis leves, fabricados na planta industrial da Mangels em Minas Gerais.

As linhas de produção do setor de motocicletas ficaram paralisadas de março até maio, onde retomaram suas atividades.

A **receita líquida** no 4º trimestre de 2020 foi de R\$ 12,3 milhões, o que representa uma diminuição de 34,6% quando comparados aos R\$ 18,8 milhões do mesmo período de 2019. No acumulado até dezembro em 2020, a receita líquida foi de R\$ 42,7 milhões, uma redução de 15,4% quando comparados ao mesmo período de 2019, que foi de R\$ 50,5 milhões.

O **lucro bruto** no 4º trimestre de 2019 foi de R\$ 3,2 milhões, contra aos R\$ 2,0 milhões do 4º trimestre de 2020, uma redução de R\$ 1,2 milhões. No acumulado até dezembro de 2019, o lucro bruto foi R\$ 9,3 milhões contra R\$ 7,1 milhões do mesmo

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

período de 2020, representando uma redução de 23,7%. Desta maneira nota-se uma retração na margem bruta de 1,8% no acumulado de 2020 contra o mesmo período de 2019.

EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO

R\$ Milhões	1T19	2T19	3T19	4T19	1T20	2T20	3T20	4T20
FINANCIAMENTOS								
Curto Prazo	15,1	13,0	17,9	14,7	20,9	39,2	30,0	25,0
Longo Prazo	627,5	621,5	653,8	641,4	740,6	761,3	737,1	704,2
	642,6	634,5	671,7	656,1	761,5	800,5	767,1	729,2
DISPONIBILIDADES								
Caixa e equivalentes de caixa	11,7	25,8	31,6	26,1	23,3	32,4	53,9	27,3
Títulos e valores mobiliários	6,4	1,8	20,0	16,1	36,7	47,0	65,2	36,2
	18,1	27,6	51,6	42,2	60,0	79,4	119,1	63,5
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	624,5	606,9	620,1	613,9	701,5	721,1	648,0	665,7

O **endividamento líquido** da Companhia teve aumento em função das oscilações da taxa R\$/dólar, em 31 de dezembro de 2019 a taxa era de R\$ 4,0307 e em 31 de dezembro de 2020 chegou aos R\$ 5,1967, gerando assim uma contabilização de variação cambial negativa de R\$ 97,9 milhões no período. Além deste fator, outro que impactou foi a provisão de juros.

Conforme já mencionado nos comentários do lucro líquido, a contabilização da variação cambial não afeta o caixa da Companhia, pois a maior parte da dívida é de longo prazo.

AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Instrução CVM Nº 381, de 14 de janeiro de 2003 e ao Ofício - Circular CVM/SNC/SEP nº 002/2006, de 28 de dezembro de 2006, a Mangels e suas controladas informam que, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não contrataram outros serviços da KPMG Auditores Independentes, empresa responsável pela auditoria externa da Companhia, que não sejam relacionados à auditoria externa.

A política de atuação da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos nossos auditores independentes se fundamenta nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência desses auditores e consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Os dados não financeiros, tais como volumes, quantidade, preços médios, cotações médias, em Reais e em Dólares, não foram objeto de revisão pelos nossos auditores independentes.

PERSPECTIVAS PARA 2021

As perspectivas para o ano de 2021 ainda são incertas. De modo geral, as empresas estão confiantes na retomada econômica do país, principalmente com a expectativa da vacinação para combater o Covid-19. Porém já é possível notar a reativação da economia em alguns setores, o que impactará positivamente 2021.

Uma ameaça ao desempenho das empresas em 2021 é escassez de insumos, tais como alumínio, aço, ferro, embalagens de papelão e resina e tem provocado aumento significativo nos preços e até mesmo supervalorização do aço e outras Commodities. Segundo um alto executivo do setor siderúrgico, lembrou que o setor reajustou preços em 19% no quarto

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

trimestre de 2020 e "No primeiro trimestre vai ter um 'carry over' de preços em torno de 25%... Além do carry over, provavelmente vamos ter mais um aumento em março para distribuição focado em (laminados) a quente e a frio". "No segundo trimestre...vai ter da ordem de 20%... não tem o que fazer", acrescentou o executivo.

Pontos positivos são apontados segundo dados da Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), alguns deles são aumento no faturamento, nas vendas, criação de postos de trabalho e menor endividamento o que indica que o mercado está comprando, vendendo e fazendo a economia girar.

Conforme boletim Focus de 15/03/2021 estima-se que o PIB brasileiro terá crescimento de 3,23%, a inflação deve alcançar o patamar de 4,60%, o dólar deve manter a R\$ 5,30 e a taxa Selic com expectativa de 4,50%.

COVID-19

Nossa prioridade sempre foi a Vida e Saúde de nosso maior ativo que são os nossos colaboradores e seus familiares. Diante desta pandemia e desafio coletivo que exige atenção e cuidados de todos, a Mangels mais uma vez priorizou as ações protetivas a colaboradores e as que ajudam a sociedade. Mesmo diante de uma crise, oportunidades e ideias incríveis vieram à tona, assim diversas ações foram tomadas e nos ajudaram nesse momento, por isso disponibilizamos especialistas, estruturas e recursos de apoio para implementá-las.

Nossa fabricação e requalificação de botijões continuaram ativas em pleno funcionamento desde o início da pandemia, o pioneirismo na implantação de medidas protetivas, higienização e segurança com a saúde dos colaboradores, foi fundamental nessa fase.

Diante da necessidade de severas transformações no processo de segurança e produtivo, adotamos uma série de medidas para mitigar os impactos gerados pelo COVID-19, como a criação de um Comitê de Crise com o objetivo de identificar e facilitar a tomada de decisão, visando maior celeridade na reação da Companhia diante dos novos desafios decorrentes da pandemia. Implementamos protocolos gerais e específicos de segurança, subcomitês para assuntos específicos, planejamento em etapas considerando a relevância dos setores, avaliação dos riscos de cada atividade para a saúde, avaliação constante das medidas implementadas, e o cumprimento do cronograma pré-estabelecido. Todas as medidas foram validadas com os profissionais competentes da saúde pública e privada.

Prezando pela saúde, a quantidade de pessoas em nossas fábricas foram reduzidas, evitando a possibilidade das aglomerações nos ambientes de trabalho, colaboradores administrativos passaram a trabalhar em home office, todas as viagens internacionais e nacionais foram suspensas, distribuição de álcool gel 70° em diversas áreas da empresa, suspensão da entrada de terceiros na fábrica, aplicação de questionário de prevenção com os colaboradores que estão retornando de férias, máscaras de segurança foram entregues para todos os colaboradores, orientação sobre o uso e higienização da máscara, pulverização e higienização de todos os ônibus fretados após cada trajeto, adequação do restaurante para acomodação dos colaboradores nos horários de refeições, aumento no horário de serviço do refeitório para maior atendimento, novos layouts do contingente de pessoal estratégicos nos escritórios, áreas industriais, orientações e distribuição de documentos relacionados à saúde dos trabalhadores.

As comunicações de orientação e prevenção também foram enfatizadas nos canais internos como intranet, murais e TV, além de entrega de cartilhas e diálogos semanais de segurança e saúde com os colaboradores.

Os subcomitês das áreas Jurídicas e Fiscais constantemente se mantem atualizados e atentos a todas as Leis, Decretos, Resoluções, Portarias e Medidas Provisórias que afetam a empresa, nossos clientes, fornecedores e a comunidade em geral,

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

visando sempre aplicar o que for mais vantajoso no âmbito Federal, Estadual e Municipal, com o objetivo de identificar e facilitar a tomada de decisão, gestão dos negócios, manutenção dos empregos e focando a preservação do caixa.

O subcomitê da área financeira foi incumbido de não poupar esforços para traçar medidas emergenciais. De forma prudente, estreitou ainda mais a comunicação com credores, clientes, fornecedores e instituições financeiras sobre a situação atual, definindo estratégias que viabilizem a redução dos impactos financeiros provenientes dessa pandemia.

O Comitê de Crise, tem mantido conversas diárias com clientes internos e externos, para gerenciar e identificar situações pontuais que necessitem de ações para ajustar fluidez dos processos produtivos e de prevenção a saúde, buscando superar os desafios que a pandemia do COVID-19 tem causado em todos os setores. Com agilidade, conhecimento e compromisso de manter a consolidação da empresa, o Comitê continua trabalhando com a gestão de caixa e manutenção dos níveis de estoques das matérias primas necessárias para retomada das atividades econômicas. Com isto, conseguimos proporcionar aos nossos colaboradores a estabilidade econômica e financeira, mantendo salários e benefícios em dia.

Mesmo com um cenário de rápidas mudanças, criados pela pandemia do COVID-19, conseguimos encontrar maneiras sustentáveis de crescimento de forma estratégica, economicamente viável e socialmente justas. Reforçamos nosso compromisso com abastecimento de todos setores da nossa cadeia produtiva, mas zelando sempre pela Vida e Saúde dos nossos colaboradores e seus familiares.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos clientes, fornecedores, acionistas, comunidade financeira em geral e especialmente aos nossos colaboradores pelo comprometimento demonstrado.

Administração.

Três Corações, 22 de março de 2021.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**10.2 – Resultado Operacional e Financeiro****a. Resultados das operações do emissor, em especial:****i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita****COMENTÁRIOS DOS NEGÓCIOS****RODAS**

R\$ Milhões	1T20	2T20	3T20	4T20	2020	1T19	2T19	3T19	4T19	2019
Receita Bruta	101,9	20,0	101,3	126,5	349,7	86,9	106,7	101,4	95,9	390,9
Receita Líquida	84,3	17,3	85,8	104,7	292,1	71,2	88,7	83,9	80,0	323,8
Mercado Interno	68,5	11,8	64,6	99,3	244,2	58,3	69,8	65,2	61,2	254,5
Mercado Externo	15,8	5,6	21,2	5,3	47,9	12,9	18,9	18,7	18,8	69,3
CPV	(71,8)	(28,5)	(67,4)	(82,1)	(249,8)	(61,1)	(75,5)	(71,1)	(60,0)	(267,8)
Lucro Bruto	12,5	(11,2)	18,4	22,6	42,3	10,1	13,2	12,8	20,0	56,0
<i>Margem Bruta</i>	<i>14,8%</i>	<i>-64,7%</i>	<i>21,4%</i>	<i>21,6%</i>	<i>14,5%</i>	<i>14,2%</i>	<i>14,9%</i>	<i>15,3%</i>	<i>25,0%</i>	<i>17,3%</i>

O Setor automotivo foi um dos mais prejudicados no período, nossos clientes implantaram lockdown em suas atividades em meados de março quando a Organização Mundial de Saúde - OMS configurou como pandemia o surto do COVID-19. Nossos principais clientes retornaram suas atividades somente no final de Junho, outros ficaram totalmente parados até meados de maio, os demais neste período retomaram suas operações de forma gradativa.

Esta retomada gradativa gerou incertezas e falta de previsão impactando fortemente a produtividade nas linhas de produção. Esta situação poderia ser evitada se as entidades ligadas ao setor automotivo tivessem se organizado uma parada e retomada conjunta, amenizando o impacto na cadeia produtiva.

A receita líquida da Mangels Rodas no 4º trimestre de 2020 atingiu os R\$ 104,7 milhões, comparados aos R\$ 80,0 milhões do mesmo período de 2019, um crescimento de 30,9%. Em contra partida no acumulado até dezembro 2019 chegamos aos R\$ 323,8 milhões contra R\$ 292,1 milhões do mesmo período de 2020 ocasionando uma redução de 9,8%.

O lucro bruto do 4º trimestre de 2020 teve um crescimento de 13% sendo R\$ 22,6 milhões contra R\$ 20,0 milhões do mesmo período de 2019. O acumulado até dezembro de 2020 foi de R\$ 42,3 milhões. No acumulado até dezembro de 2019 chegamos em R\$ 56,0 milhões, o que representa para o mesmo período de 2020 uma redução de 24,5% em um cenário sem precedentes, que paralisou as produções dos nossos clientes e afetou toda a cadeia produtiva. A margem bruta no acumulado até dezembro de 2019 foi de 17,3% e o mesmo período de 2020 foi de 14,5%.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**CILINDROS**

R\$ Milhões	1T20	2T20	3T20	4T20	2020	1T19	2T19	3T19	4T19	2019
Receita Bruta	66,9	72,4	68,2	63,0	270,5	56,5	67,2	57,7	53,9	235,3
Receita Líquida	51,3	56,4	54,2	49,6	211,5	42,5	51,4	46,6	41,5	182,0
Mercado Interno	51,3	55,7	53,5	46,6	207,1	42,5	51,4	46,6	41,5	182,0
Mercado Externo	-	0,7	0,7	3,0	4,4	-	-	-	-	-
CPV	(43,2)	(45,9)	(46,7)	(44,5)	(180,3)	(35,5)	(43,3)	(41,4)	(33,5)	(153,7)
Lucro Bruto	8,1	10,5	7,5	5,1	31,2	7,0	8,1	5,2	8,0	28,3
Margem Bruta	15,8%	18,6%	13,8%	10,3%	14,8%	16,5%	15,9%	11,2%	19,3%	15,5%

Por ser um item de primeira necessidade e extrema importância para as famílias dos Brasileiros nossa fabricação e requalificação de botijões continuaram ativas em pleno funcionamento. O pioneirismo na implantação de medidas protetivas, através de protocolos de saúde, segurança e higienização, foi fundamental para garantir a integridade dos colaboradores nesta fase. O isolamento social decorrente da pandemia do COVID-19 obrigou a população a passar mais tempo em casa e conseqüentemente o consumo de gás GLP disparou nas residências, principalmente no início da crise, entre final de março e começo de abril. Além disso os serviços de gastronomia sofrendo com as restrições de funcionamento, contribuíram para ampliar ainda mais o uso doméstico de GLP na preparação de alimentos.

Neste período a receita líquida no 4º trimestre de 2020 atingiu R\$ 49,6 milhões, demonstrando um aumento de 19,5% frente ao mesmo período do ano anterior de R\$ 41,5 milhões. Já no acumulado até dezembro de 2020 chegamos aos R\$ 211,5 milhões, contra R\$ 182,0 milhões do mesmo período do ano anterior, representando também um aumento de 16,2%.

O lucro bruto no 4º trimestre de 2020 foi R\$ 5,1 milhões, registrando uma diminuição de 36,3% em relação aos R\$ 8,0 milhões do mesmo período de 2019. No acumulado até dezembro de 2020 atingimos R\$ 31,2 milhões, superior em 10,2% em relação aos R\$ 28,3 milhões do mesmo período do ano anterior. Esse excelente desempenho é devido principalmente ao aumento dos volumes na produção de Cilindros de GLP.

AÇOS

R\$ Milhões	1T20	2T20	3T20	4T20	2020	1T19	2T19	3T19	4T19	2019
Receita Bruta	11,8	6,6	13,7	13,1	45,2	13,5	8,3	11,3	21,4	54,5
Receita Líquida	11,5	5,9	13,0	12,3	42,7	12,4	8,1	11,2	18,8	50,5
Mercado Interno	11,5	5,9	13,0	12,3	42,7	12,4	8,1	11,2	18,8	50,5
CPV	(9,3)	(5,6)	(10,4)	(10,3)	(35,6)	(10,0)	(6,6)	(9,0)	(15,6)	(41,2)
Lucro Bruto	2,2	0,3	2,6	2,0	7,1	2,4	1,5	2,2	3,2	9,3
Margem Bruta	19,1%	5,1%	20,0%	16,3%	16,6%	19,4%	18,5%	19,6%	17,0%	18,4%

Os produtos de aço englobam chapas de aço plano para a indústria de motocicletas, produzidas na planta industrial da Mangels em Manaus, bem como eixos traseiros em forma de lâminas de aço em perfil de "V" para automóveis leves, fabricados na planta industrial da Mangels em Minas Gerais.

As linhas de produção do setor de motocicletas ficaram paralisadas de março até maio, onde retomaram suas atividades.

A **receita líquida** no 4º trimestre de 2020 foi de R\$ 12,3 milhões, o que representa uma diminuição de 34,6% quando comparados aos R\$ 18,8 milhões do mesmo período de 2019. No acumulado até dezembro em 2020, a receita líquida foi de R\$ 42,7 milhões, uma redução de 15,4% quando comparados ao mesmo período de 2019, que foi de R\$ 50,5 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

O **lucro bruto** no 4º trimestre de 2019 foi de R\$ 3,2 milhões, contra aos R\$ 2,0 milhões do 4º trimestre de 2020, uma redução de R\$ 1,2 milhões. No acumulado até dezembro de 2019, o lucro bruto foi R\$ 9,3 milhões contra R\$ 7,1 milhões do mesmo período de 2020, representando uma redução de 23,7%. Desta maneira nota-se uma retração na margem bruta de 1,8% no acumulado de 2020 contra o mesmo período de 2019.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

Não se aplica.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante.

Rodas: A maior influência neste Negócio é em relação a sua principal matéria-prima, o alumínio que tem preços internacionais (London Metal Exchange – LME) e é cotado em dólar. Os preços de venda das rodas em sua maioria são celebrados em contrato e tem cláusula de reajuste automático da matéria prima alumínio a cada trimestre, ocorrendo, portanto, uma defasagem de três meses entre o preço que a Companhia paga pela matéria-prima e o preço que ela vende aos seus clientes.

Cilindros e Aços (Manaus): A variação do preço do aço e a concorrência de mercado são os principais fatores que influenciam nos preços destes negócios. Para o negócio de Cilindros, a influência da capacidade de investimentos de seus clientes, uma vez que as aquisições de botijões novos representam aquisição de ativo imobilizado e um fator importante.

Resultados Financeiros: A flutuação da taxa de câmbio do real frente ao dólar exerce influência sobre o resultado econômico da Companhia devido a variação cambial decorrente dos financiamentos em moeda estrangeira.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**a. Introdução ou alienação de segmento operacional**

Nos três últimos exercícios sociais, não houve introdução ou alienação de segmento operacional em nossas atividades.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Nos três últimos exercícios, não foram constituídas, adquiridas ou alienadas participações societárias

c. Eventos ou operações não usuais

Não ocorreram eventos ou operações não usuais nos três últimos exercícios sociais.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4 – Mudanças significativas nas práticas contábeis – Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e conforme as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração.

Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias e constantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas e que correspondem às informações utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

Normas novas, alterações e interpretações de normas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. O Grupo não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. O Grupo não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

Outras alterações

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo:

- (a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37);
- (b) Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16).

As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16 relacionados a:

Mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de arrendamento:

As alterações exigirão que uma entidade contabilize a alteração na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência atualizando a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro.

Em 31 de dezembro de 2020, o Grupo tem R\$ 246.992 em empréstimos bancários em LIBOR que serão objeto da reforma do LIBOR. O Grupo espera que a taxa de juros de referência para estes empréstimos seja alterada para SONIA (Term SONIA para 6 meses) em 2021 e que nenhum ganho ou perda significativa na modificação surja como resultado da aplicação das alterações.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Relatório da auditoria para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020

Aos acionistas, conselheiros e administradores da Mangels Industrial S.A.

Três Corações - MG

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Mangels Industrial S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva” as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Mangels Industrial S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião com ressalva

Conforme nota explicativa 10 (ii), em 2019, a Companhia obteve decisão favorável em julgado que determinou a exclusão do ICMS da base de cálculo dos tributos de PIS e COFINS para o período de apuração de tributos de 1992 em diante. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mensurou e reconheceu o correspondente ativo relacionado aos créditos tributários decorrentes de 2 (dois) das 3 (três) ações judiciais, referente ao exercício findo de 31 de dezembro de 2019 no montante de R\$ 36.675 mil, sendo R\$ 22.322 mil referente ao principal e R\$ 14.353 mil referente à atualização monetária, além de obrigações de honorários de sucesso advocatícios relativo as referidas ações judiciais no montante de R\$ 2.934 mil, sem ter sido efetuada a retificação dos valores correspondentes conforme requerido pelo CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Estimativas Contábil e Retificação de Erros. Conseqüentemente, nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a rubrica tributos a recuperar no ativo circulante está apresentada a menor em R\$ 36.675 mil, a rubrica outras contas a pagar e tributos a recolher, ambas no passivo circulante, estão apresentadas a menor em R\$ 2.934 mil e R\$7.729 mil, respectivamente, e a rubrica outras receitas operacionais, outras despesas operacionais, receitas financeiras e despesa de impostos de renda e contribuição social, estão apresentadas a menor em R\$22.322 mil, R\$2.934 mil, R\$14.353 mil e R\$7.729 mil, respectivamente. Sendo assim, o prejuízo do exercício está apresentado a maior e o patrimônio líquido a menor em R\$ 26.012 mil, bem como o prejuízo por ação reduzido em R\$ 4,2262 de ações ordinárias e R\$ 4,6488 de ações preferenciais. Nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a rubrica outras receitas operacionais, outras despesas operacionais e receitas financeiras estão apresentadas a maior em R\$22.322 mil, R\$2.934 mil, R\$14.353 mil, respectivamente, Sendo assim, o prejuízo do exercício está apresentado a menor em R\$33.741, bem como o prejuízo por ação aumentado em R\$ 5,4820 de ações ordinárias e R\$ 6,0302 de ações preferenciais.

Para o período de 1992 a 2002 referente a 1 (uma) das ações judiciais também com trânsito em julgado favorável, até a conclusão dos nossos trabalhos, a Companhia não havia finalizado todo o levantamento do referido crédito com a respectiva documentação suporte. Se a Companhia tivesse concluído o levantamento do referido crédito certos elementos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas dos exercício findos em 31 de dezembro de 2019 e 2020 poderiam ter sido afetados de forma relevante. No entanto, foi impraticável por nós quantificar os efeitos dos referidos ajustes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2020.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Com exceção do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva", não existem principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção acima intitulada "Base para opinião com ressalva", essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Conforme descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, concluimos que as outras informações também apresentam distorção pela mesma razão do assunto e outros aspectos descritos na referida seção.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

São Paulo, 22 de março de 2021

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Wagner Petelin

Contador CRC 1SP142133/O-7

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Relatório da auditoria para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Mangels Industrial S.A.
Três Corações – MG

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Mangels Industrial S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva” as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Mangels Industrial S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião com ressalva

Conforme nota explicativa 11 às demonstrações financeiras, a Companhia obteve o trânsito em julgado favorável de ações judiciais que determinam a exclusão do ICMS da base de cálculo dos tributos de PIS e COFINS para o período de apuração de tributos de 1992 a 2011, indicam que a entrada de benefícios econômicos para a Companhia é praticamente certa, nos termos do CPC 25, de forma que o ativo e o correspondente ganho deveriam ser mensurados e reconhecidos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Até a data de emissão destas demonstrações financeiras, a Companhia não havia concluído a análise sobre a estimativa dos montantes de créditos a serem reconhecidos em decorrência da decisão judicial favorável, assim como os possíveis impactos tributários a serem apurados sobre o ganho. Se a Companhia tivesse concluído a análise sobre a estimativa dos montantes de créditos tributários a serem reconhecidos, certos elementos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas seriam afetados de forma relevante. Os efeitos desse assunto não foram determinados.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção acima intitulada “Base para opinião com ressalva”, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

Os balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2018 e as demonstrações individuais e consolidadas de resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e as respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentadas como valores correspondentes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 22 de fevereiro de 2019, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria por aqueles auditores independentes e, com base em seu exame, aqueles auditores emitiram relatório sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Conforme descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, concluímos que as outras informações também apresentam distorção pela mesma razão do assunto e outros aspectos descritos na referida seção.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Valor recuperável do ativo imobilizado

Veja a Nota 13 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria

Como auditoria endereçou esse assunto

As demonstrações financeiras individuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

<p>incluem valores de ativo imobilizado no montante de R\$ 140.684 mil, cuja realização está suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios preparados pela Companhia. Devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas de rentabilidade futura da unidade geradora de caixa para fins de avaliação do valor recuperável de tal ativo, que envolvem premissas como crescimento da receita, taxa de desconto, taxa de inflação, entre outras, e à complexidade do processo, que requer um grau significativo de julgamento por parte da Companhia, consideramos esse assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria.</p>	<p>(i) Obtenção do entendimento do processo de preparação e revisão do plano de negócios, orçamentos e análises ao valor recuperável da unidade geradora de caixa onde os ativos imobilizado foram alocados, disponibilizados pela Companhia;</p> <p>(ii) Avaliação da razoabilidade da determinação da Unidade Geradora de Caixa (UGC) para o teste de redução ao valor recuperável;</p> <p>(iii) Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as UGCs entendidas com maior risco, as premissas e as metodologias utilizadas pela Companhia na preparação das projeções e comparamos com dados obtidos de fontes externas, como o crescimento econômico projetado, inflação e taxas de desconto.</p> <p>(iv) Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram todas as informações relevantes.</p> <p>Baseados nos procedimentos de auditoria sumarizados acima e nos resultados obtidos, consideramos que os saldos de imobilizado são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo.</p>
--	---

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 10 de março de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Wagner Petelin
Contador CRC 1SP142133/O-7

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 – Políticas contábeis críticas

a. Base de consolidação

(i) **Controladas**

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) **Perda de controle**

Quando o Grupo perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iii) **Investimentos em entidades contabilizadas por método de equivalência patrimonial**

Os investimentos do Grupo em entidades contabilizados pelo método de equivalência patrimonial são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro líquido ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes (ORA) da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

(iv) **Transações eliminadas na consolidação**

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Moeda Estrangeira

Transações em moedas estrangeiras

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pela taxa histórica na moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real, às taxas médias mensais.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

c. Instrumentos financeiros

(i) **Reconhecimento e mensuração inicial**

As contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. O contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) **Classificação e mensuração subsequente**

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado, ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas aos pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – Avaliação por modelo de negócio

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Ativos financeiros - avaliação se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e juros
Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;

termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;

o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e

os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros – mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a valor justo Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado justo por meio do líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
resultado (VJR)

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) **Desreconhecimento**

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) **Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

d. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo ponderado médio. No caso dos estoques manufaturados, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade normal de operação.

O valor realizável líquido é a estimativa entre o valor de venda usual no curso normal dos negócios, deduzido dos custos de fabricação e venda.

e. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment).

O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, data de transição do Grupo para as normas CPCs (IFRS) foi determinada com base em seu valor justo naquela data.

Os custos de ativos construídos pelo Grupo incluem materiais e mão de obra direta, assim como quaisquer outros custos necessários para o transporte e operacionalização do ativo da maneira esperada pela administração.

Compras de software que são necessárias para a funcionalidade de um ativo imobilizado é capitalizado como parte do ativo.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

Depreciação

Depreciação de um ativo imobilizado é iniciada quando o item está pronto para uso, ou seja, quando está no lugar e condições necessárias para ser capaz de operar da forma idealizada pela Administração.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As taxas de depreciação estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Edifícios	4% a.a.
Máquinas e equipamentos	10% a.a.
Benfeitorias em bens próprios	4% a.a.
Veículos	20% a.a.
Móveis e utensílios	10% a.a.
Direito de uso (i)	10% à 25% a.a

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

- (i) A taxa de depreciação segue conforme o período do contrato de arrendamento e expectativa de renovação do mesmo.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

f. Intangível

A Companhia detém no seu quadro de ativos recursos intangíveis como softwares de desenhos de projetos de engenharia e implantação de novos processos, sistemas e licenças.

O método de amortização utilizado é linear com a vida útil média de 5 anos podendo variar de acordo com a definição dos prazos dos contratos.

g. Redução ao valor recuperável

(i) **Ativos financeiros não-derivativos**

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

O Grupo reconhece perdas por redução ao valor recuperável relacionadas sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e

outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas por redução ao valor recuperável, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 120 dias de atraso.

O Grupo avalia contas a receber de forma agregada considerando as características gerais do mercado interno e externo e segmento. Quando o ativo está vencido a mais de 120 dias, o Grupo avalia o título de forma individualizada, considerando garantias e a avaliação de crédito interna apurada pelo gerente financeiro.

O Grupo considera o ativo financeiro como inadimplente quando:

é altamente provável que a contraparte não pague integralmente as obrigações para com o Grupo, sem o Grupo recorrer as garantias (se houver); ou

o ativo financeiro estiver vencido a mais de 120 dias.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda por redução ao valor recuperável é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiros.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;

quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 120 dias;

a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou

o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da perda por redução ao valor recuperável no balanço patrimonial

A perda por redução ao valor recuperável para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. O Grupo faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que são propriedade para investimento, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Uma perda por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado.

h. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

i. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva como resultado de um evento passado, que poder ser estimado de forma confiável, e é provável que uma recurso econômico seja necessário para liquidar a obrigação.

j. Capital Social

(i) Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32/IAS 12.

(ii) Ações preferenciais

Ações preferenciais são não resgatáveis, são classificadas no patrimônio líquido pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro do Grupo e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas do Grupo.

k. Reconhecimento da receita

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada com o cliente. A receita de vendas é reconhecida à medida em que a Companhia transfere o controle sobre o produto ao cliente considerando assim que a obrigação de desempenho foi cumprida.

A Companhia controla a transferência do benefício através do comprovante de entrega assinado.

Nenhum desconto é concedido para os produtos faturados, não há devolução em dinheiro. Além disso, com raras exceções quando há devolução, sempre por novos produtos.

Os preços de vendas e serviços são determinados com base em acordos ou dependendo do caso contratos com os clientes.

A receita de serviços é reconhecida a medida que o serviço é prestado.

l. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem juros sobre ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, receitas de juros sobre empréstimos e recebíveis, descontos de fornecedores e outras receitas financeiras.

As despesas financeiras incluem despesas com juros, variações monetárias e cambiais, descontos concedidos a clientes, juros de fornecedores, despesas de indexação e outras despesas financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros são reportadas em uma base líquida na demonstração do resultado, como receitas ou despesas financeiras, dependendo se a variação cambial líquida é um ganho ou uma perda.

m. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A controlada E.Koga & Cia Ltda - EPP, têm o imposto de renda e a contribuição social do exercício calculados utilizando o regime de lucro presumido que, com base no faturamento bruto, aplica-se a alíquota de 32%, para chegar a base tributável, aplicando o percentual de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) **Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente**

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) **Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido**

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;

diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

n. Incentivo fiscal

A controlada Mangels Componentes da Amazônia Ltda., localizada no Distrito Industrial, da cidade Manaus - AM, na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, goza do direito de redução do Imposto sobre a Renda e adicionais não restituíveis de 75%, calculados com base no lucro da exploração.

A redução do imposto sobre a renda, decorrente desse benefício, é contabilizada no resultado do exercício. Entretanto, ao final de cada exercício social, após a apuração do lucro líquido, o valor do incentivo fiscal é alocado à conta reserva para incentivos fiscais, no patrimônio líquido da controlada, como destinação parcial do lucro líquido apurado, cumprindo assim a disposição legal de não distribuir esse valor.

o. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e, a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito, diluidor nos exercícios apresentados, nos termos do pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação e da norma IAS 33 - Resultado por Ação.

p. Segmentos operacionais

Um segmento operacional é um componente do Grupo que desenvolve atividades de negócio das quais podem obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revisados frequentemente junto com os seus gerentes e com reporte à Diretoria Estatutária (principal tomador de decisão); da mesma forma, são apresentados nas reuniões do Conselho de Administração, para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem, principalmente, ativos institucionais (primariamente a sede da Companhia) e ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social.

As divulgações dos segmentos operacionais da Companhia e suas controladas são baseadas na estrutura gerencial das demonstrações financeiras e da Administração.

q. Demonstrações de valor adicionado

O Grupo elaborara demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

r. Arrendamento mercantil

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2)/IFRS 16.

Anteriormente, o Grupo determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o ICPC 03/IFRIC 4 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. O Grupo agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento, descrito acima.

Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;

valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;
e

o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

O Grupo aplicou os seguintes expedientes práticos na implementação do CPC 06(R2) / IFRS 16 referente aos arrendamentos anteriormente classificados como operacional, tais como: não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI.

No período comparativo, como arrendatário, o Grupo classificou os arrendamentos que transferiam substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade como arrendamentos financeiros. Quando esse era o caso, os ativos arrendados eram mensurados inicialmente por um valor igual ao menor entre seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os pagamentos mínimos do arrendamento foram os pagamentos durante o prazo da locação que o arrendatário era obrigado a fazer, excluindo qualquer aluguel contingente. Após o reconhecimento inicial, os ativos foram contabilizados de acordo com a política contábil aplicável a esse ativo.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos.
Não se aplica
- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos.
Não se aplica
- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços.
Não se aplica
- iv. contratos de construção não terminada.
Não se aplica
- v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos.
Não se aplica

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não se aplica

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

- a. Como tais itens alteram ou poderão alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.**

Não se aplica.

- b. Natureza e o propósito da operação.**

Não se aplica.

- c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.**

Não se aplica.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 – Plano de Negócios

a. Investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.

Investimentos em 2020:

Foram investidos em 2020 R\$13.044 mil, referente Adequações na Fábrica, Instalações, Retrofit e Construção de Ferramental nas plantas de Rodas e Cilindros.

ii. fontes de financiamentos dos investimentos

As fontes de financiamento destes investimentos foram a própria Geração de Caixa.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não se aplica aos três últimos exercícios sociais.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

Não se aplica aos três últimos exercícios sociais.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas.

Não se aplica.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não se aplica.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados.

Não se aplica.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não se aplica.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Todos os fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia foram abordados nos itens anteriores.

11. Projeções / 11.1 - Projeções divulgadas e premissas**a. Objeto da provisão**

A Companhia não divulga valores de projeções, conforme lhe é facultado pelo artigo 20 da Instrução CVM nº 480/2009.

b. Período projetado e o prazo de validade da projeção

Não se aplica, conforme informado no ítem a.

c. Premissas da projeção

Não se aplica, conforme informado no ítem a.

d. Valores dos indicadores que são objeto da provisão

Não se aplica, conforme informado no ítem a.

11. Projeções / 11.2 - Acompanhamento das projeções

- a. Informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais estão sendo repetidas no formulário**

Não se aplica.

- b. Quanto as projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções.**

Não se aplica.

- c. Quanto as projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas.**

Não se aplica.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

a. Atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração.

Conselho de Administração: O Conselho de Administração é constituído de 3 (três) a 9 (nove) membros, eleitos pela Assembléia Geral e reunir-se-á, no mínimo, a cada 3 (três) meses.

O prazo do mandato do Conselho de Administração é de 02 (dois) anos, mas se estende até a investidura dos novos membros eleitos. São admitidas reeleições.

Compete ao Conselho de Administração: a) fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade; b) eleger e destituir os Diretores; c) fiscalizar a gestão dos Diretores; examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Sociedade; solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração; e qualquer outro ato; d) pelo seu Presidente, convocar a Assembléia Geral quando julgar conveniente, ou nos casos legais; e) manifestar-se sobre o relatório da Administração e as contas da Diretoria; f) escolher e destituir os auditores independentes; g) deliberar sobre a instalação ou supressão de depósitos ou filiais, no país ou no exterior; h) autorizar a Diretoria: h.1 - a contratar empréstimos junto a instituições financeiras oficiais ou privadas e de modo especial, junto a qualquer Carteira do Banco do Brasil S.A. ou do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES; h.2 - a constituir garantias reais sobre bens imóveis, móveis e semoventes; h.3 - a prestar fiança e/ou aval em favor de outras empresas direta ou indiretamente controladas pela Mangels Industrial S.A.; h.4 - a adquirir ou a alienar participações em outras empresas. Esta autorização não é necessária para aplicação com incentivos fiscais que de outra forma seria desembolsada no pagamento de impostos; h.5 - a exercer o direito de voto nas Assembléias Gerais das sociedades controladas e das subsidiárias integrais, indicando, ainda, a orientação geral dos negócios dessas sociedades; h.6 - a negociar com as ações de emissão da Sociedade, para alienação, cancelamento ou permanência em tesouraria e demais casos, desde que previstos em lei; h.7 - a emitir notas promissórias para distribuição pública (commercial papers).

Nos termos do parágrafo terceiro do artigo 32 do Estatuto Social, o Conselho de Administração poderá deliberar o pagamento aos acionistas de juros sobre capital próprio e imputar os valores creditados ou pagos a esse título ao valor do dividendo obrigatório previsto no artigo 32 do Estatuto Social.

i. se possuem regime interno próprio

Não se aplica.

ii. se o emissor possui comitê de auditoria estatutário

A Companhia não possui.

iii. política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente

A Companhia não possui.

b. Em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

Diretoria: A Diretoria é constituída de 1 (um) Diretor Presidente e até mais 6 (seis) Diretores, sendo 1 (um) designado Diretor de Finanças, Administração e Relações com Investidores e os demais Diretores sem designação específica, todos eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pelo Conselho de Administração.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

O prazo do mandato da Diretoria é de 01 (um) ano, mas se estende até a investidura dos novos membros eleitos. São admitidas reeleições.

Compete à Diretoria: a) deliberar sobre a instalação ou supressão de filiais ou depósitos; b) apresentar à Assembléia Geral o relatório anual e as demonstrações financeiras de cada exercício, depois de submetidos ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, quando instalado; c) resolver os casos extraordinários que não sejam da competência da Assembléia Geral, ou do Conselho de Administração.

Quando previamente autorizada pelo Conselho de Administração poderá a Diretoria, praticar os seguintes atos: a) a contratar empréstimos junto a instituições financeiras oficiais ou privadas e de modo especial, junto a qualquer Carteira do Banco do Brasil S.A. ou do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES; b) a constituir garantias reais sobre bens imóveis, móveis e semoventes; c) a prestar fiança e/ou aval em favor de outras empresas direta ou indiretamente controladas pela Mangels Industrial S.A.; d) a adquirir ou a alienar participações em outras empresas. Esta autorização não é necessária para aplicação com incentivos fiscais que de outra forma seria desembolsada no pagamento de impostos; e) a exercer o direito de voto nas Assembléias Gerais das sociedades controladas e das subsidiárias integrais, indicando, ainda, a orientação geral dos negócios dessas sociedades; f) a negociar com as ações de emissão da Sociedade, para alienação, cancelamento ou permanência em tesouraria e demais casos, desde que previstos em lei; g) a emitir notas promissórias para distribuição pública (commercial papers).

Nos termos do artigo 33 do Estatuto Social poderá a Diretoria: a) levantar balanços semestrais no dia 30 de junho de cada ano, observando, em tal hipótese, as mesmas normas definidas no artigo anterior; b) levantar balanços e distribuir dividendo em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital; c) declarar dividendo intermediário à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

A Sociedade será representada por qualquer Diretor nos seguintes atos: a) endosso de cheques em favor de instituições financeiras, para crédito em conta de depósito da Sociedade; b) endosso de duplicatas em favor de instituições financeiras para o efeito de simples cobrança; c) representação perante qualquer Repartição Pública Federal, Estadual e Municipal, Carteiras do Banco do Brasil S.A., Conselho de Política Aduaneira, Delegacias da Receita Federal, Autarquias e Correios e Telégrafos, para fins administrativos; d) representação perante a Justiça do Trabalho e Sindicatos, inclusive para matéria de admissão, suspensão e demissão de empregados e/ou acordos trabalhistas.

Compete, privativamente: a) ao Diretor Presidente: a.1) representar a Sociedade, ativa e passivamente, em Juízo ou fora dele, especialmente para prestar depoimento pessoal, sendo-lhe facultado constituir procurador especial para representá-lo nesse procedimento, na forma do artigo 25, parágrafo segundo, supra; a.2) presidir as reuniões da Diretoria usando do voto de qualidade no caso de empate nas suas deliberações, sendo que, na sua ausência, a presidência da reunião poderá ser exercida e o voto de qualidade poderá ser proferido pelo Diretor de Finanças, Administração e Relações com Investidores; a.3) dirigir e superintender todas as atividades sociais com a colaboração dos demais Diretores; a.4) transigir sobre qualquer assunto judicial ou extrajudicial; a.5) orientar e executar o planejamento estratégico da Sociedade, bem como definir a política e diretrizes de recursos humanos; a.6) responder pela área financeira; a.7) superintender todas as atividades sociais com a colaboração dos demais Diretores; e a.8) supervisionar as áreas específicas de atuação dos demais Diretores; b) a cada um dos Diretores responder pelas áreas específicas designadas pelo Diretor Presidente.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

c. Data da instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e demais informações

Conselho Fiscal: O Conselho Fiscal é órgão não permanente, que só será instalado pela Assembleia Geral a pedido de acionistas, na conformidade legal, e, quando instalado, será composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros e suplentes em igual número.

O Conselho Fiscal não foi instalado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 16/07/2020

d. Mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração.

Não se aplica.

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias

Índice

12. Assembléia E Administração

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas,
Controladores E Outros

1

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembleias**12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2020Administrador do Emissor

Robert Max Mangels
Presidente do Conselho de Administração

939.718.508-04

Controle

Controlador Direto

Pessoa Relacionada

Mangels S.A.
Diretor Presidente

50.604.750/0001-40

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Robert Max Mangels
Presidente do Conselho de Administração

939.718.508-04

Controle

Controlador Indireto

Pessoa Relacionada

Tecnopar S.A
Diretor Presidente

53.854.394/0001-01

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Robert Max Mangels
Presidente do Conselho de Administração

939.718.508-04

Controle

Controlador Indireto

Pessoa Relacionada

Shorewood S.A
Diretor Presidente

05.629.235/0001-60

ObservaçãoAdministrador do Emissor

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembleias**12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Mark Ross Mangels Vice-Presidente do Conselho de Administração	939.718.428-87	Controle	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
Mangels S.A. Diretor	50.604.750/0001-40		
Observação			

Administrador do Emissor			
Mark Ross Mangels Vice-Presidente do Conselho de Administração	939.718.428-87	Controle	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada			
Tecnopar S.A. Diretor	53.854.394/0001-01		
Observação			

Administrador do Emissor			
Mark Ross Mangels Vice-Presidente do Conselho de Administração	939.718.428-87	Controle	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada			
Shorewood S.A. Diretor	05.629.235/0001-60		
Observação			

Administrador do Emissor			
Susan Jane Mangels Cox Conselheira de Administração	011.652.288-74	Controle	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembleias**12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros**

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Mangels S.A. Diretor <u>Observação</u>	50.604.750/0001-40		
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> Susan Jane Mangels Cox Conselheira de Administração <u>Pessoa Relacionada</u> Tecnopar S.A Diretor <u>Observação</u>	011.652.288-74	Controle	Controlador Indireto
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> Susan Jane Mangels Cox Conselheira de Administração <u>Pessoa Relacionada</u> Shorewood S.A Diretor <u>Observação</u>	011.652.288-74	Controle	Controlador Indireto
<hr/>			
	53.854.394/0001-01		
<hr/>			
	05.629.235/0001-60		

12. Assembléia e administração / 12.3 - Regras, políticas e práticas do CA**12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares**

Nome	CPF	12.11 - Acordos /Seguros de administradores	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Robert Max Mangels Presidente do Conselho de Administração	939.718.508-04	Mangels Industrial S.A	61.065.298/0001-02	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Mark Ross Mangels Vice Presidente do Conselho de Administração	939.718.428-87	Mangels Industrial S.A	61.065.298/0001-02	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Robert Max Mangels Presidente do Conselho de Administração	939.718.508-04	Mangels Industrial S.A	61.065.298/0001-02	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Susan Jane Mangels Cox Conselheira do Conselho de Administração	011.652.288-74	Mangels Industrial S.A	61.065.298/0001-02	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Robert Max Mangels Presidente do Conselho de Administração	939.718.508-04	Mangels Industrial S.A	61.065.298/0001-02	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Alan Robert Mangels Conselheiro do Conselho de Administração	214.810.228-14	Mangels Industrial S.A	61.065.298/0001-02	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Mark Ross Mangels Vice-Presidente do Conselho de Administração	939.718.428-87	Mangels Industrial S.A	61.065.298/0001-02	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)

12. Assembléia e administração / 12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos

Não há cláusula compromissória no Estatuto Social para resolução de conflitos entre acionistas e entre estes e a Companhia por meio de arbitragem.

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Elio Pereira da Silva	24/04/1970	Pertence apenas à Diretoria	22/11/2021	30/04/2023	0
128.101.388-93	Analista de Sistemas	10 - Diretor Presidente / Superintendente	22/11/2021	Sim	0%
Robert Max Mangels	30/07/1951	Pertence apenas ao Conselho de Administração	16/07/2020	30/04/2022	0
939.718.508-04	Industrial	20 - Presidente do Conselho de Administração	16/07/2020	Sim	0%
Antonio Farina	17/05/1960	Pertence apenas ao Conselho de Administração	16/07/2020	30/04/2022	0
064.559.088-64	Engenheiro	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	16/07/2020	Sim	0%
Susan Jane Mangels Cox	29/02/1960	Pertence apenas ao Conselho de Administração	16/07/2020	30/04/2022	0
011.652.288-74	Professora	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	16/07/2020	Sim	0%
Cristine Mangels Vieira	23/11/1982	Pertence apenas ao Conselho de Administração	16/07/2020	30/04/2022	0
102.120.011-59	Formada em Marketing	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	16/07/2020	Sim	0%
Alan Robert Mangels	02/06/1982	Pertence apenas ao Conselho de Administração	16/07/2020	30/04/2022	0
214.810.228-14	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	16/07/2020	Não	0%
Mark Ross Mangels	11/12/1954	Pertence apenas ao Conselho de Administração	16/07/2020	30/04/2022	0
939.718.428-87	Engenheiro Mecânico	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	16/07/2020	Sim	0%

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Elio Pereira da Silva - 128.101.388-93

Ocupou o cargo de Gerente de Engenharia até julho de 2020, data em que foi nomeado Diretor da Companhia. Não houve condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e nem na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

Robert Max Mangels - 939.718.508-04

Engenheiro mecânico formado pela Pennsylvania State University, com Mestrado em Administração de Empresas (MBA) pela Wharton School University of Pennsylvania. Ingressou na Mangels em 1978. Foi Diretor-Financeiro da Empresa de 1985 a 1989, passando por vários cargos executivos, entre eles Diretor-Administrativo-Financeiro da Divisão Aços e Superintendente da Divisão Laminação de Baixo Carbono. Ocupou o cargo de Diretor-Presidente durante o período de 1989 a 2015. Exerce o cargo de Presidente do Conselho de Administração desde 1991. Não houve condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e nem na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

Antonio Farina - 064.559.088-64

Engenheiro graduado pela FEI. Exerceu função comercial na Ferrostall do Brasil, multinacional alemã (1995). Possui experiência no mercado de ações, como analista de investimento, e também como investidor em diversas empresas desde 1990. Foi conselheiro de administração (suplente) na empresa Paranapanema; participa como minoritário nas empresas Paranapanema e Metalúrgica Wetzell. Não houve condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e nem na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

Susan Jane Mangels Cox - 011.652.288-74

Professora. Bachelor of Science in Education da Miami University, Oxford, Ohio. Trabalhou em diversas escolas, tais como: St. Nicholas School - São Paulo, Brasil; Yew Chung International School - Hong Kong, China; Escola Graduada de São Paulo - São Paulo, Brasil; Four Seasons - Hamamatsu, Japão; Associação Alumni - São Paulo, Brasil; International School of Bucharest - România; English School Fahaheel - Kuwait. Membro do Conselho de Administração da Mangels Industrial S.A. Não houve condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e nem na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

Cristine Mangels Vieira - 102.120.011-59

Graduada em Marketing, com trajetória profissional construída em empresas como Find Your Influence - Marketing em Mídias Sociais. Não houve condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e nem na esfera judicial ou administrativa que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

Alan Robert Mangels - 214.810.228-14

Graduado em Engenharia Aeroespacial (University of Michigan), Master em Mercado Latino Americano (The Lauder Institute - University of Pennsylvania) e MBA em Administração e Finanças (University of Pennsylvania - The Wharton School). Com trajetória profissional construída em empresas como Rolls-Royce North America, Airbus e Deloitte, Alan ingressou na Mangels Industrial S.A. como Diretor Comercial em fevereiro de 2015, reportando-se ao Conselho de Administração. Em janeiro de 2017, tornou-se também Diretor de Operações, com foco nas atividades industriais de Três Corações/MG, cargo ocupado até abril de 2018, data em que se tornou membro do Conselho de Administração. Não houve condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e nem na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

Mark Ross Mangels - 939.718.428-87

Engenheiro Mecânico pela Faculdade de Engenharia Industrial FEI e pós-graduado em Administração de Empresas na Getúlio Vargas – CEAG. Trabalhou em diversas empresas, entre elas: Empresa de Engenharia Industrial Sobenial/Planind, Coldex Trane com treinamento de 8 meses em La Crosse WI - EUA, Caterpillar Brasil Vendas/Marketing com treinamento de 2 anos em Peoria IL EUA e como Gerente de Vendas na Mangels Industrial por 11 anos e durante 4 anos gerenciou a filial nos EUA. Proprietário de uma loja de franquia Learning Express em Nova Jersey por 5 anos e em Chandler Arizona por 3 anos. Presidente da Be Cool por 7 anos. Be Cool Inc.: empresa de distribuição e marketing de radiadores e acessórios no mercado automotivo para veículos antigos. Vice Presidente do Conselho de Administração da Mangels Industrial S.A. Não houve condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e nem na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Elio Pereira da Silva - 128.101.388-93 N/A	N/A
Robert Max Mangels - 939.718.508-04 N/A	
Antonio Farina - 064.559.088-64 N/A	
Susan Jane Mangels Cox - 011.652.288-74 N/A	
Cristine Mangels Vieira - 102.120.011-59 N/A	
Alan Robert Mangels - 214.810.228-14 N/A	
Mark Ross Mangels - 939.718.428-87 N/A	

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não foram instalados comitês na Companhia.

12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares

Nome	CPF	12.11 - Acordos /Seguros de administradores	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Robert Max Mangels Presidente do Conselho de Administração	939.718.508-04	Mangels Industrial S.A	61.065.298/0001-02	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Mark Ross Mangels Vice Presidente do Conselho de Administração	939.718.428-87	Mangels Industrial S.A	61.065.298/0001-02	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Robert Max Mangels Presidente do Conselho de Administração	939.718.508-04	Mangels Industrial S.A	61.065.298/0001-02	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Susan Jane Mangels Cox Conselheira do Conselho de Administração	011.652.288-74	Mangels Industrial S.A	61.065.298/0001-02	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Robert Max Mangels Presidente do Conselho de Administração	939.718.508-04	Mangels Industrial S.A	61.065.298/0001-02	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Alan Robert Mangels Conselheiro do Conselho de Administração	214.810.228-14	Mangels Industrial S.A	61.065.298/0001-02	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Mark Ross Mangels Vice-Presidente do Conselho de Administração	939.718.428-87	Mangels Industrial S.A	61.065.298/0001-02	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)

12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares

Nome	CPF	12.11 - Acordos /Seguros de administradores	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				

Pessoa relacionada

Cristine Mangels Vieira

102.120.011-59 Mangels Industrial S.A

61.065.298/0001-02

Conselheira de Administração

Observação

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2020Administrador do Emissor

Robert Max Mangels

939.718.508-04

Controle

Controlador Direto

Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Mangels S.A.

50.604.750/0001-40

Diretor Presidente

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Robert Max Mangels

939.718.508-04

Controle

Controlador Indireto

Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Tecnopar S.A

53.854.394/0001-01

Diretor Presidente

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Robert Max Mangels

939.718.508-04

Controle

Controlador Indireto

Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Shorewood S.A

05.629.235/0001-60

Diretor Presidente

ObservaçãoAdministrador do Emissor

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Mark Ross Mangels Vice-Presidente do Conselho de Administração	939.718.428-87	Controle	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
Mangels S.A. Diretor	50.604.750/0001-40		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Mark Ross Mangels Vice-Presidente do Conselho de Administração	939.718.428-87	Controle	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada			
Tecnopar S.A. Diretor	53.854.394/0001-01		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Mark Ross Mangels Vice-Presidente do Conselho de Administração	939.718.428-87	Controle	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada			
Shorewood S.A. Diretor	05.629.235/0001-60		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Susan Jane Mangels Cox Conselheira de Administração	011.652.288-74	Controle	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Mangels S.A. Diretor	50.604.750/0001-40		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Susan Jane Mangels Cox Conselheira de Administração	011.652.288-74	Controle	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada			
Tecnopar S.A. Diretor	53.854.394/0001-01		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Susan Jane Mangels Cox Conselheira de Administração	011.652.288-74	Controle	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada			
Shorewood S.A. Diretor	05.629.235/0001-60		
Observação			

12. Assembléia e administração / 12.11 - Acordos /Seguros de administradores**13. Remuneração dos administradores / 13.2 - Remuneração total por órgão****Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	2,00	3,00	9,00
Nº de membros remunerados	4,00	2,00	3,00	9,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.833.763,00	2.253.789,00	256.680,00	4.344.232,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.265.586,00	0,00	1.265.586,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	1.833.763,00	2.253.789,00	256.680,00	5.609.818,00

12. Assembléia e administração / 12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm

Todas as informações relevantes foram divulgadas nos itens anteriores.

13. Remuneração dos administradores / 13.3 - Retificação da remuneração

Membros do Conselho de Administração e Fiscal não fazem jus a remuneração variável. Os membros do Conselho de Administração que participam também da Diretoria recebem remuneração variável, porém, tal valor será devido, exclusivamente, em razão de serem membros da Diretoria da Companhia.

Remuneração variável prevista para o exercício de 2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	Não se aplica	02	Não se aplica
Em relação ao bônus: . Valor mínimo previsto no plano de remuneração . Valor máximo previsto no plano de remuneração . Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas		R\$ Zero - 1.698.437	
Participação no resultado . Valor mínimo previsto no plano de remuneração . Valor máximo previsto no plano de remuneração . Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas		- - -	

Remuneração variável no exercício de 2017	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	Não se aplica	02	Não se aplica
Em relação ao bônus: . Valor mínimo previsto no plano de remuneração . Valor máximo previsto no plano de remuneração . Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas		R\$ Zero - 1.307.085	
Participação no resultado . Valor mínimo previsto no plano de remuneração . Valor máximo previsto no plano de remuneração		- -	

13. Remuneração dos administradores / 13.3 - Relat

. Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas		-	
--	--	---	--

Remuneração variável no exercício de 2016	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	Não se aplica	02	Não se aplica
Em relação ao bônus:		R\$	
. Valor mínimo previsto no plano de remuneração		Zero	
. Valor máximo previsto no plano de remuneração		-	
. Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas		998.200	
Participação no resultado			
. Valor mínimo previsto no plano de remuneração		-	
. Valor máximo previsto no plano de remuneração		-	
. Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas		-	

Remuneração variável no exercício de 2015	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	Não se aplica	02	Não se aplica
Em relação ao bônus:		R\$	
. Valor mínimo previsto no plano de remuneração		Zero	
. Valor máximo previsto no plano de remuneração		2.577.000	
. Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas		1.718.000	
Participação no resultado			
. Valor mínimo previsto no plano de remuneração		-	
. Valor máximo previsto no plano de		-	

13. Remuneração dos administradores / 13.3 - Retificação da remuneração

remuneração . Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas		-	
---	--	---	--

13. Remuneração dos administradores / 13.2 - Remuneração total por órgão**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/05/2021 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	2,00		8,00
Nº de membros remunerados	6,00	2,00		8,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.577.632,00	2.907.557,00		4.485.189,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	1.577.632,00	2.907.557,00		4.485.189,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	2,00		8,00
Nº de membros remunerados	6,00	2,00		8,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.382.105,00	2.031.728,00		3.413.833,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	1.382.105,00	2.031.728,00		3.413.833,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	2,00		7,00
Nº de membros remunerados	5,00	2,00		7,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.382.106,00	2.008.637,00		3.390.743,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	1.382.106,00	2.008.637,00		3.390.743,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	2,00	3,00	10,00
Nº de membros remunerados	5,00	2,00	3,00	10,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.382.105,76	1.987.772,88	256.680,00	3.626.558,64
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	1.522.356,96	0,00	1.522.356,96
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	1.382.105,76	3.510.129,84	256.680,00	5.148.915,60

13. Remuneração dos administradores / 13.3 - Remuneração variável**13.3 – Remuneração variável**

Membros do Conselho de Administração e Fiscal não fazem jus a remuneração variável. Os membros do Conselho de Administração que participam também da Diretoria recebem remuneração variável, porém, tal valor será devido, exclusivamente, em razão de serem membros da Diretoria da Companhia.

Remuneração variável prevista para o exercício de 2021	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	Não se aplica	02	Não se aplica
Em relação ao bônus: . Valor mínimo previsto no plano de remuneração. . Valor máximo previsto no plano de remuneração. . Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas		R\$ Zero 1.390.688	
Participação no resultado: . Valor mínimo previsto no plano de remuneração . Valor máximo previsto no plano de remuneração . Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas		- - -	

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

Não aplicável, pois a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13. Remuneração dos administradores / 13.5 - Remuneração baseada em ações

Não aplicável, pois a Companhia não possui remuneração baseada em ações.

13. Remuneração dos administradores / 13.6 - Opções em aberto

Não aplicável, pois a Companhia não possui remuneração baseada em ações.

13. Remuneração dos administradores / 13.7 - Opções exercidas e ações entregues

Não aplicável, pois a Companhia não possui remuneração baseada em ações.

13. Remuneração dos administradores / 13.8 - Precificação das ações/opções

Não aplicável, pois a Companhia não possui remuneração baseada em ações.

13. Remuneração dos administradores / 13.95 Principais atividades do controlador/controlada

Todos os valores referentes a remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal, foram reconhecidos no resultado da Companhia.

13. Remuneração dos administradores / 13.10 - Planos de previdência

Não aplicável, pois não há planos de previdência em vigor conferidos aos administradores.

13. Remuneração dos administradores / 13.11 - Remuneração máx, mín e média**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária		Conselho de Administração		Conselho Fiscal
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2018
Nº de membros	2,00	2,00	6,00	5,00	3,00
Nº de membros remunerados	2,00	2,00	6,00	5,00	3,00
Valor da maior remuneração	2.937.527,00	1.719.528,00	600.000,00	600.000,00	85.560,00
Valor da menor remuneração	370.235,00	268.244,88	195.526,44	195.526,44	85.560,00
Valor médio da remuneração	1.653.881,00	993.886,44	397.763,22	266.644,83	85.560,00

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2018	Reapresentação em resposta ao Ofício CVM 299/2019/CVM/SEP

Conselho de Administração	
31/12/2018	Em resposta ao Ofício-Circular nº 292/2019/CVM/SEP, a Companhia informa que no caso Diretoria Estatutária consideramos os dois membros com efetivo exercício de suas funções e recebimento de remuneração nos doze meses. Para informar a maior remuneração, consideramos todas as remunerações reconhecidas no resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, sendo que o membro da Diretoria com a maior remuneração exerceu suas funções durante todo o período de janeiro a dezembro. Em relação ao Conselho de Administração, composto por 4 membros, ressaltamos que todos receberam a remuneração durante todo o período do exercício.

Conselho Fiscal	
31/12/2018	Reapresentação em atendimento ao Ofício CVM 299/2019/CVM/SEP

13. Remuneração dos administradores / 13.12 - Mecanismos remuneração/indenização

Não aplicável, pois a Companhia não possui arranjos contratuais, apólices de seguro ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13. Recursos humanos administrativos e demais partes relacionadas na rem.

Todas as informações relevantes já foram informadas no item anterior.

13. Remuneração dos administradores / 13.14 - Remuneração - outras funções

Nos três últimos exercícios sociais nenhum valor foi pago aos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria que não tenham sido a título de remuneração pela função que ocupam.

13. Remuneração dos administradores / 13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada

Todos os valores referentes a remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal, foram reconhecidos no resultado da Companhia.

13. Remuneração dos administradores / 13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração

Todas as informações relevantes já foram informadas nos itens anteriores.

14. Recursos humanos / 14.1 - Descrição dos recursos humanos**a. Número de empregados**

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Unidade Aços - Manaus	14	20	26
Unidade Cilindros (+ requalificadoras)	788	764	776
Unidade Rodas	978	987	1.111
SBC	65	65	73
Total	<u>1.845</u>	<u>1.836</u>	<u>1.986</u>

b. Número de terceirizados

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Unidade Aços - Manaus	5	7	9
Unidade Cilindros (+requalificadoras)	104	91	109
Unidade Rodas			
SBC	3	10	13
Total	<u>112</u>	<u>108</u>	<u>131</u>

c. Índice de Rotatividade**Indicadores de RH – Turn Over Geral**

31/12/2017

<u>Colaboradores</u>	<u>Aços - Manaus</u>	<u>Cilindros+Req.</u>	<u>Rodas</u>	<u>SBC</u>	<u>Total</u>
	14	788	978	65	1.845
Demissões	-	105	91	-	196
Turn Over Acumulado 2017	0,00%	12,07%	9,06%	0,00%	10,62%

31/12/2016

<u>Colaboradores</u>	<u>Aços - Manaus</u>	<u>Cilindros+Req.</u>	<u>Rodas</u>	<u>SBC</u>	<u>Total</u>
	20	764	987	65	1.836
Demissões	-	103	123	3	229
Turn Over Acumulado 2016	0,00%	8,56%	11,06%	1,35%	11,30%

14. Recursos humanos / 14.1 - Descrição dos recursos humanos

31/12/2015

<u>Colaboradores</u>	<u>Aços - Manaus</u>	<u>Cilindros+Req.</u>	<u>Rodas</u>	<u>SBC</u>	<u>Total</u>
	26	776	1.111	73	1.986
Demissões	3	191	208	8	410
<u>Turn Over Acumulado 2015</u>	<u>11,01%</u>	<u>15,14%</u>	<u>19,11%</u>	<u>11,36%</u>	<u>19,35%</u>

14. Recursos humanos / 14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos

Todas as informações relevantes já foram informadas no item anterior.

14. Recursos humanos / 14.3 - Política remuneração dos empregados

a. Política de salários e remuneração variável

POLÍTICA DE SALÁRIOS

1. OBJETIVO

Esta política de REMUNERAÇÃO estabelece critérios, responsabilidades e procedimentos referentes a ajustes nos salários, em razão de enquadramento, mérito e promoção, para colaboradores da Mangels.

2. PREMISSAS

A Mangels tem por filosofia remunerar adequadamente seus colaboradores, em todos os níveis. Para tanto, realiza pesquisas salariais periódicas para identificar a real posição salarial dos diversos cargos no mercado, e assim manter sua competitividade no mercado de trabalho e propiciar a satisfação de seus colaboradores.

Os cargos administrativos são acompanhados e utilizam a metodologia HAY. Para as unidades localizadas fora de São Paulo será aplicado um fator de deflação, estabelecido pela Mangels e Hay, visando à adequação dos salários de cada localidade à tabela Hay, que é de abrangência nacional. Os cargos operacionais utilizam pesquisas regionais, tendo em vista a menor mobilidade dos mesmos.

3. ABRANGÊNCIA

Esta política aplica-se a todos os colaboradores da Mangels, administrativos e operacionais, inclusive aqueles que ocupam cargos executivos.

4. DEFINIÇÕES

A base é o mercado: Todos os salários da Empresa são fixados e ajustados de acordo com o que o mercado pratica, sendo que todo colaborador deve estar no mínimo a 80% da faixa mínima do seu cargo, exceto nos casos dos colaboradores admitidos ou promovidos há menos de 2 anos. Não é recomendável salários acima de 110% da faixa do respectivo cargo.

- Descrição de Cargo: é o conjunto formado pela descrição das tarefas executadas pelo ocupante do cargo, bem como as suas responsabilidades e qualificações necessárias para o desempenho adequado de sua função;

O gestor é responsável em atualizar as descrições de cargo dos colaboradores de sua equipe de acordo com as funções desempenhadas e de preencher o formulário quando tratar-se de um novo cargo; O RH é responsável pela avaliação do cargo e definição do GS – Grupo Salarial.

- Cargo: é o conjunto de funções substancialmente idênticas quanto à natureza das tarefas executadas e às especificações exigidas dos ocupantes;

- Função: é o agregado de tarefas atribuídas a cada colaborador;

14. Recursos humanos / 14.3 - Política remuneração dos empregados

- Avaliação do Cargo: é a valorização da Descrição de Cargo com a conseqüente pontuação, obtida através do “Quadro Guia Hay” (cargos executivos & administrativos) e critério interno de pontuação para cargos operacionais;

É de responsabilidade do RH em conjunto com a Consultoria Hay Group pontuar o cargo conforme Quadro Guia Hay quando se tratar de cargos Executivos e Administrativos e através do Manual Interno de Pontuação para cargos Operacionais. A somatória dos pontos constitui o equilíbrio interno. Quanto maior o seu valor, maior sua importância na estrutura.

- Quadro Guia Hay: são tabelas que analisam e pontuam os três elementos necessários de um cargo: know-how, processo mental e responsabilidade por resultados;

- Pontuação: é valor numérico da avaliação do cargo e traduz o grau de complexidade e importância interna;

- Classificação do Cargo: é a distribuição por grupos ocupacionais, o posicionamento do cargo junto a outros que se assemelham quanto à natureza, importância e valorização. A classificação é definida conforme a pontuação alcançada na avaliação. O cargo é classificado em um dos 20 grupos que constituem a estrutura de cargos da MANGELS.

- Grupo Salarial: é o conjunto homogêneo de cargos, mesmo de natureza diferente, com pontuação semelhante e mesma faixa salarial;

- Faixa Salarial: é o parâmetro salarial para todos os cargos, limitada a valores mínimos (80%) e máximos (120%). Cada grupo corresponde a uma única faixa salarial e são atualizadas conforme pesquisa salarial Hay (para cargos administrativos e executivos) e nas datas de dissídios coletivos (cargos operacionais).

- Pesquisa Salarial: é realizada periodicamente por consultoria externa. Para cargos operacionais participam da pesquisa empresas concorrentes e/ou empresas da região (conforme definição do RH e Diretoria da Divisão). Para cargos administrativos e executivos as empresas fazem parte do mercado Global da Hay.

- Remuneração: é o processo que envolve todas as formas de pagamento ou de recompensas dadas aos colaboradores.

- Remuneração básica (salário mensal): é o ponto de partida da evolução salarial. Não corresponde necessariamente ao mínimo da faixa, tendo em vista o critério abaixo:

- 80% Início no cargo, baixo domínio da função;
- 90% Médio domínio da função;
- 100% Domínio total da função, atendendo plenamente os requisitos do cargo;
- > 100% Excede aos requisitos do cargo (prontos para promoção)

- Remuneração Variável / Indireta: é a recompensa extra, oferecida aos colaboradores, podendo estar vinculada a metas individuais ou coletivas da empresa. Ex: PLR, Bônus, Comissões, Benefícios, etc.

- Aumento Salarial: é um incremento salarial a qualquer título, alterando-se a base de cálculo, independente de mudanças no cargo;

O aumento salarial é decorrente de enquadramento, promoção ou mérito de um colaborador na respectiva faixa salarial.

O aumento salarial não é compensado nos reajustes coletivos periódicos (acordo coletivo, dissídio, antecipação etc), devendo ser incorporado ao salário;

14. Recursos humanos / 14.3 - Política remuneração dos empregados

O aumento salarial por evolução não implica em alteração do título do cargo ou aquisição de benefícios adicionais.

Não é permitido o aumento salarial no mês de acordo coletivo, seja ele por motivo de enquadramento, promoção ou mérito.

5. DIRETRIZES

5.1. Aumento por Enquadramento:

É um incremento salarial, objetivando que seja atingido o inicial da faixa (80%) de seu grupo salarial correspondente. Este aumento é limitado a 20%, sendo concedidos a cada 4 meses, até que o colaborador esteja enquadrado no mínimo da faixa.

5.2. Aumento por Mérito:

É um incremento salarial, para que o mesmo caminhe nas faixas de 80% à 100% de seu grupo correspondente. Para que ocorra este aumento salarial é necessário que o ocupante apresente aprimoramentos em seus conhecimentos, habilidades e entrega de resultados, destacando-se dos demais ocupantes deste cargo.

O aumento por mérito deve obedecer a um intervalo mínimo de 6 meses, nos casos em que o colaborador esteja entre 80% e 100% de sua faixa, e o percentual máximo de aumento é de 15%.

Para os casos em que o colaborador esteja entre 100% e 120% de sua faixa, o aumento por mérito deve obedecer a um intervalo mínimo de 12 meses, e o percentual máximo de aumento a ser concedido será de 10%.

Embora as tabelas de salários cheguem até 120% da faixa, a recomendação é que cada gestor administre os salários de sua área, entre 80% e 100%, podendo chegar ao máximo em 110% em casos especiais.

5.3 Promoção:

É a alteração funcional de um colaborador, que implica na sua evolução, de um grupo salarial para outro superior. Ex: GS 6 para GS 7.

A promoção se efetivará a partir do 1º dia do mês, ou em casos especiais a partir do 1º dia do mês subsequente à decisão formal.

O Aumento decorrente da promoção poderá ser no máximo de 25%. Após este primeiro aumento, nos casos em que o colaborador ainda permaneça abaixo dos 80% de sua faixa salarial, para que este patamar seja atingido deverá ser observada a regra de ENQUADRAMENTO, acima descrita.

Atingido o grau mínimo (80%) da nova faixa, o desenvolvimento salarial para as demais faixas será idêntico ao praticado pelo Aumento por Mérito.

Caso o colaborador tenha recebido aumento por mérito ou enquadramento em período inferior a 6 meses, este poderá receber outro aumento no momento da promoção, desde que a soma dos dois não ultrapasse 25%.

14. Recursos humanos / 14.3 - Política remuneração dos empregados

Toda promoção depende fundamentalmente da existência de uma vaga ou de um processo de senioridade no cargo, visando o crescimento profissional, a valorização e o reconhecimento dos nossos colaboradores, sem qualquer preconceito quanto à raça, religião, sexo e etc.

Toda e qualquer promoção do grupo EXECUTIVO (diretor e gerente) deverá ter assinatura da área de RH Corporativo, do superior imediato, do Diretor ou Gerente Geral da Divisão ou Unidade e aprovação do Presidente.

Toda e qualquer promoção do grupo EXECUTIVO (supervisor) deverá ter assinatura do Gerente, Diretor ou Gerente Geral da Divisão ou Unidade, da área de RH local e aprovação do RH Corporativo.

Para os demais cargos, toda e qualquer promoção deverá ter assinatura do requisitante (superior imediato), do Supervisor e/ou Gerente, Diretor ou Gerente Geral da Divisão ou Unidade e aprovação da área de RH local.

5.4 Admissão

Todo colaborador deverá ser admitido respeitando o limite mínimo de 80% do grupo salarial. Caso haja outros colaboradores com salários inferiores, deverá ser considerado este salário como base para admissão, a fim de respeitar o equilíbrio interno.

Os colaboradores operacionais para as áreas produtivas, deverão preferencialmente ser admitidos com o cargo de Auxiliar de Produção no Grupo Salarial 1 com 85% da faixa salarial.

Após 06 meses este será avaliado pelo superior imediato e se considerado apto, deverá ficar a 90% da faixa salarial

Após 01 ano da admissão, se houver vaga disponível, será elegível a promoção para o cargo de acesso, ficando em 80% da faixa salarial, desde que atenda os requisitos mínimos do cargo, tenha avaliação de desempenho com média mínima de 2,8 e índice de absenteísmo dentro dos objetivos da Empresa.

Caso haja mais de um candidato apto para a promoção será respeitado o critério de pontuação nos requisitos acima.

Toda e qualquer admissão do grupo EXECUTIVO (diretor e gerente) deverá ter assinatura da área de RH Corporativo, do superior imediato, do Diretor ou Gerente Geral da Divisão ou Unidade e aprovação do Presidente.

Toda e qualquer admissão do grupo EXECUTIVO (supervisor) deverá ter assinatura do Gerente, Diretor ou Gerente Geral da Divisão ou Unidade, da área de RH local e aprovação do RH Corporativo.

Para os demais cargos, toda e qualquer admissão deverá ter assinatura do requisitante (superior imediato), do Supervisor e/ou Gerente, Diretor ou Gerente Geral da Divisão ou Unidade e aprovação da área de RH local.

14. Recursos humanos / 14.3 - Política remuneração dos empregados

5.5 Transferência de Cargo:

Entende-se por transferência, a mudança de um colaborador de um cargo para outro, do mesmo grupo salarial;

Todo e qualquer processo de transferência deve ser previamente autorizado pelas Gerências envolvidas em conjunto com RH, antes de qualquer comunicação ao colaborador em questão;

Não há carência para a efetivação da transferência de cargo, podendo a mesma ocorrer a qualquer tempo, entendendo-se que a mesma só será efetivada a partir do 1º dia do mês, ou em casos especiais a partir do 1º dia do mês subsequente à decisão formal;

Não será permitida qualquer transferência de cargo que implique em rebaixamento de grupo salarial, mesmo que se mantenha a situação salarial anterior.

6. PROCEDIMENTO

6.1. Os salários nos casos de admissão ou promoção quando maior do que de um colaborador que seja mais antigo no cargo deverá ser aprovado pelo RH Corporativo juntamente com a Diretoria da Divisão.

6.2. É de extrema importância que todos os reajustes salariais (promoções, enquadramentos, méritos) estejam previstos no ORÇAMENTO ANUAL da empresa (estabelecendo um percentual sobre a folha de pagamento nominal de dezembro, destinada a atender todas estas possíveis alterações).

6.3. Todo e qualquer aumento de salário do grupo EXECUTIVO deverá ter as aprovações da área de RH Corporativo, do superior imediato, do Diretor ou Gerente Geral da Divisão ou Unidade e do Presidente.

6.4. Para os demais cargos, todo e qualquer aumento salarial deverá ter assinatura do requisitante (superior imediato) e as aprovações do Supervisor e/ou Gerente, Diretor ou Gerente Geral da Divisão ou Unidade e da área de RH local.

6.5. Para qualquer alteração funcional (promoção, transferência, etc), o gestor deverá preencher o formulário: ALTERAÇÃO DE CARGOS E SALÁRIOS.

O formulário deverá conter todos os campos devidamente preenchidos e assinaturas / aprovações.

Toda promoção ou transferência de cargo deverá conter avaliação do Médico do Trabalho, dependendo da autorização do mesmo para sua efetivação;

Compete ao gestor, após confirmação do RH, informar o colaborador sobre a alteração.

7. EXCEÇÕES

Eventuais necessidades de práticas divergentes a esta política deverão ter a aprovação do RH Corporativo.

14. Recursos humanos / 14.3 - Política remuneração dos empregados**8. VIGÊNCIA**

A presente política vigorará por prazo indeterminado.

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO VARIÁVEL**SISTEMA DE REMUNERAÇÃO VARIÁVEL****FINALIDADE**

Formalizar um programa de compensação do desempenho dos executivos dentro do programa de participação nos resultados da empresa.

PARTICIPANTES DO PROGRAMA

Presidente, Diretor, Gerente, Supervisores, Coordenador e Especialistas.

DESENHO DO PROGRAMA

O programa é composto por dois campos de análise:

- a. Metas Individuais
- b. Metas Globais

NOMENCLATURA POSIÇÃO	Meta		TARGET SAL
	Financeira Global	Individual	
PRESIDENCIA	60%	40%	10
DIRETORIA	50%	50%	7
GERENCIA	50%	50%	4
SUPERVISÃO	50%	50%	3
COORDENAÇÃO / ESPECIALISTAS I /EXECUTIVOS CTAS	40%	60%	1,5

RESULTADO DAS METAS INDIVIDUAIS

O desempenho do participante será avaliado com base no resultado alcançado nas metas específicas do programa.

Conhecidos os resultados, o desempenho do participante será avaliado de maneira global e classificado na faixa de % correspondente ao atingimento da mesma.

RESULTADO FINANCEIRO DO NEGÓCIO

Na ocasião do encerramento do plano, serão apurados os resultados correspondentes a cada objetivo do Negócio, e calculado EBTIDA GERAL DAS UNIDADES.

14. Recursos humanos / 14.3 - Política remuneração dos empregados**VALOR DO PRÊMIO (PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS)**

O valor final do prêmio será a somatória dos valores de Metas Individuais + Metas Globais

PAGAMENTO

O pagamento do valor do prêmio correspondente a este poderá ser pago até o mês de março do ano seguinte, deduzidas as antecipações do PLR.

b. Benefícios

Benefícios	Níveis					
	Oper.	Adm.	Coord.	Sup.	Ger.	Dir.
Assistência Odontológica						
Assistência Médica						
Alimentação						
Transporte						
Seguro de Vida						
Automóveis						
Cesta Básica						
Remuneração Variável						
PLR						
Check up						

= benefícios oferecidos

c. Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores.

A empresa não adota esse tipo de remuneração aos empregados não administradores.

14. Recursos humanos / 14.4 - Relações emissor / sindicatos

A Companhia goza de um bom relacionamento com os sindicatos.

As negociações buscam o equilíbrio entre os interesses da Companhia e dos colaboradores.

14. Recursos humanos / 14.5 - Outras informações relevantes - Recursos humanos

Todas as informações relevantes foram mencionadas nos itens anteriores.

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
André Ricardo Beim						
855.768.408-87	Brasileira-SP	Não	Não	19/11/2020		
0	0,000	302.500	8,140	302.500	5,230	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
CLUBE DE INVESTIMENTO VALORE						
07.398.433/0001-96	Brasileira-SP	Não	Não	17/12/2020		
0	0,000	332.500	8,950	332.500	5,750	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
José Antonio Bortoluzzo Neto						
039.819.088-72	Brasileira-SP	Não	Não	01/06/2016		
0	0,000	400.000	10,760	400.000	6,920	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Mangels S.A.						
50.604.750/0001-40	Brasileira-SP	Não	Sim	01/06/2016		
2.065.672	99,920	55	0,000	2.065.727	35,720	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Organon Master FIA						
38.251.507/0001-90	Brasileira-RJ	Não	Não	31/12/2020		
0	0,000	407.800	10,970	407.800	7,051	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
1.547	0,075	1.391.165	37,437	1.392.712	24,079	
Robert Max Mangels						
939.718.508-04	Brasileira-SP	Não	Não	19/07/2016		
24	0,000	881.949	23,730	881.973	15,250	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
TOTAL					
2.067.243	99,995	3.715.969	99,987	5.783.212	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Mangels S.A.				50.604.750/0001-40		
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Robert Max Mangels						
939.718.508-04	Brasileira-SP	Não	Não			
0	0,000	1.000	0,014	1.000	0,008	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Tecnopar S.A						
53.854.394/0001-01	Brasileira-SP	Não	Sim	31/03/2011		
5.133.792	100,000	7.093.000	99,986	12.226.792	99,992	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
TOTAL						
5.133.792	100,000	7.094.000	100,000	12.227.792	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Tecnopar S.A				53.854.394/0001-01	
Anita Mangels					
001.515.488-20		Não	Não		
117.002.592	20,682	0	0,000	117.002.592	20,682
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Daniel A Chinellato					
379.497.438-75		Não	Não		
12.728.853	2,250	0	0,000	12.728.853	2,250
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Raphael A Chinellato					
379.497.428-01		Não	Não		
12.728.853	2,250	0	0,000	12.728.853	2,250
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Tecnopar S.A				53.854.394/0001-01	
Shorewood S.A					
05.629.235/0001-60	Brasileira-SP	Não	Sim	31/03/2011	
397.808.796	70,318	0	0,000	397.808.796	70,318
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Silvia Regina A Chinellato					
084.996.748-10		Não	Não		
25.457.706	4,500	0	0,000	25.457.706	4,500
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
TOTAL					
565.726.800	100,000	0	0,000	565.726.800	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Shorewood S.A				05.629.235/0001-60		
Mark Ross Mangels						
939.718.428-87	Brasileira-SP	Não	Não			
2.727.955	33,333	0	0,000	2.727.955	33,333	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Robert Max Mangels						
939.718.508-04	Brasileira-SP	Não	Não			
2.727.955	33,334	0	0,000	2.727.955	33,334	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Susan Jane Mangels Cox						
011.652.288-74	Brasileira-SP	Não	Não			
2.727.955	33,333	0	0,000	2.727.955	33,333	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Shorewood S.A				05.629.235/0001-60		
TOTAL						
8.183.865	100,000	0	0,000	8.183.865	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.3 - Distribuição de capital

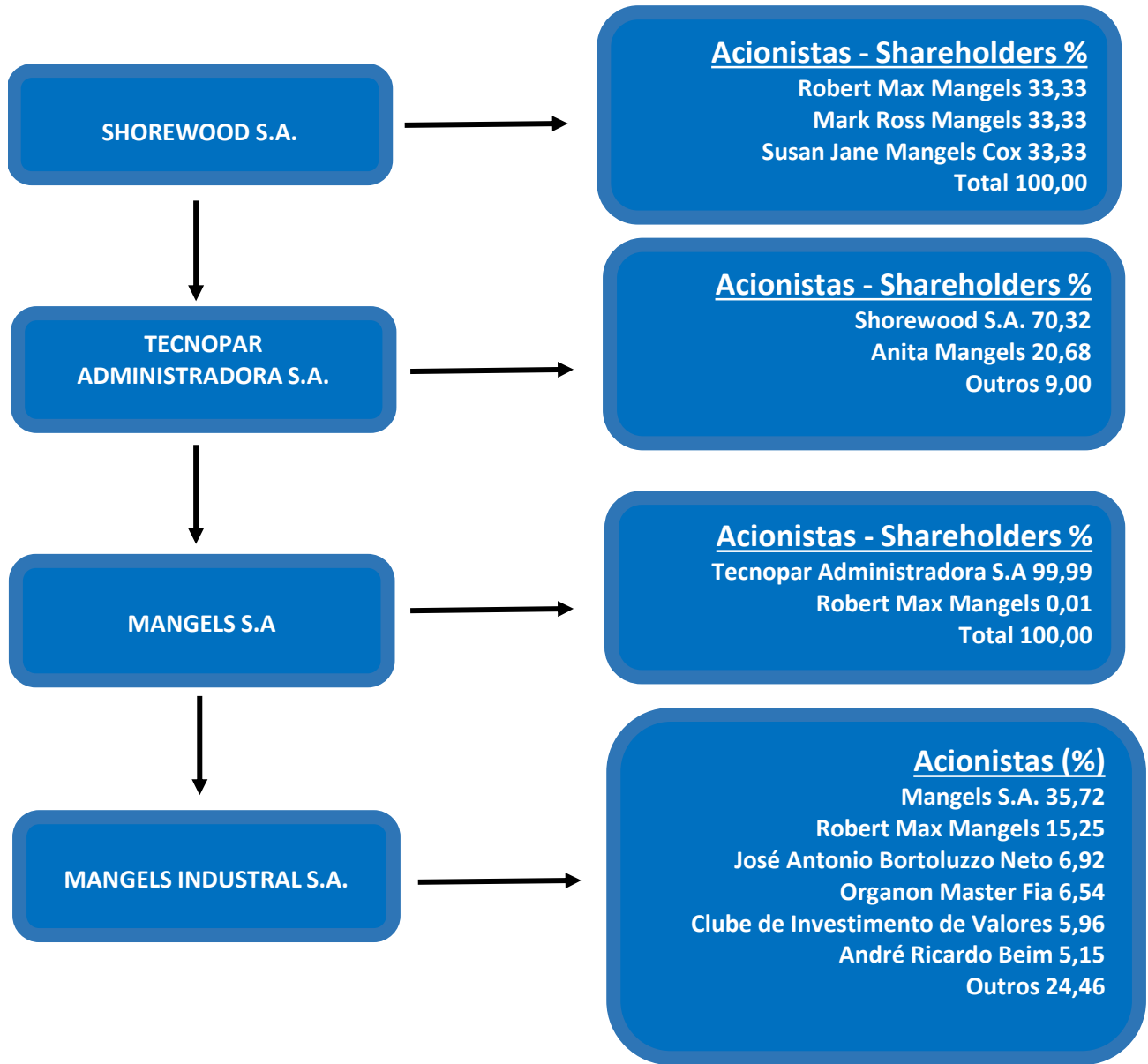
Data da última assembleia / Data da última alteração	28/04/2021
Quantidade acionistas pessoa física	1.335
Quantidade acionistas pessoa jurídica	29
Quantidade investidores institucionais	10

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias	1.547	0,070%
Quantidade preferenciais	2.720.810	73,220%
Total	2.722.357	47,070%

15. Controle e grupo econômico / 15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo



15. Controle e grupo econômico / 15.5 - Acordo de Acionistas

Encerrou-se em 28/12/2012 a vigência do Acordo de Acionistas entre a Companhia e o BNDES Participações S.A. – BNDESPAR. Não há outros Acordos de Acionistas do qual a Companhia ou o controlador sejam partes.

15. Controle e grupo econômico / 15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm

No exercício de 2020, não houve alteração relevante na participação no capital da Companhia por parte de membros do grupo de controle e administradores do emissor.

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

Nos últimos três exercícios sociais, não ocorreram operações societárias descritas neste item.

15. Controle e grupo econômico / 15.8 - Outras informações relevantes - Controle e grupo econômico

Todas as informações relevantes já foram divulgadas nos itens anteriores.

16. Transações partes relacionadas / 16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.

As transações com partes relacionadas e a Companhia são sempre realizadas com a observância dos preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício ou prejuízo à Companhia ou a quaisquer outras partes. Além disso, as operações realizadas pela Companhia, inclusive aquelas contratadas com partes relacionadas, são sempre amparadas pelas devidas análises prévias de suas condições e do estrito interesse da Companhia em sua realização.

A Companhia não possui política formal para transação com partes relacionadas, quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações seguirá os termos da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Empresa.

Sobre saldos de mútuo, resultante da política centralizada de caixa da Companhia, incidem encargos de mercado. Estes contratos não apresentam prazo de vencimento.

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
E. Koga & Cia.Ltda.	31/12/2020	0,00	6.847.710,22 - A receber	Não é possível aferir.	Prazo indeterminado.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada Direta						
Objeto contrato	Abertura de linha de crédito recíproca destinada ao desenvolvimento das atividades.						
Garantia e seguros	Não há cláusula e garantia de seguros relacionados.						
Rescisão ou extinção	É facultado as partes rescindir o contrato a qualquer tempo.						
Natureza e razão para a operação	Todas as informações relevantes foram mencionadas acima.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Mangels Componentes da Amazonia Ltda	31/12/2020	0,00	27.452.009,24 - A receber	Não é possível aferir.	Prazo indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada Direta						
Objeto contrato	Abertura de linha de crédito recíproca destinada ao desenvolvimento das atividades.						
Garantia e seguros	Não ha cláusula e garantia de seguros relacionados.						
Rescisão ou extinção	É facultado as partes rescindir o contrato a qualquer tempo.						
Natureza e razão para a operação	Todas as informações relevantes foram mencionadas acima.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

16. Transações partes relacionadas / 16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade

As transações com partes relacionadas observam as disposições legais, em especial o artigo 245 da Lei 6404/76, que estabelece: “Os administradores não podem, em prejuízo da Companhia, favorecer sociedade coligada, controladora ou controlada, cumprindo-lhes zelar para que as operações entre as sociedades, se houver, observem condições estritamente comutativas, ou com pagamento compensatório adequado; e respondem perante a companhia pelas perdas e danos resultantes de atos praticados com infração ao disposto neste artigo”.

Os contratos estabelecem a incidência de juros sobre o saldo devedor, calculados pela variação dos Certificados de Depósito Bancário – CDI.

16. Transações partes relacionadas / 16.4 - Outras informações relevantes - Transações com partes relacionadas

Todas as informações relevantes já foram divulgadas nos itens anteriores.

17. Capital social / 17.1 - Informações - Capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
Tipo de capital	Capital Integralizado				
01/06/2016	171.272.996,71		2.067.243	3.715.969	5.783.212

17. Capital social / 17.2 - Aumentos do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos últimos três exercícios sociais, não houve aumento de capital.

17. Capital social / 17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação			Quantidade de ações depois da aprovação		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
Grupamento						
29/04/2016	6,201,730	11,147,908	17,349,638	2,067,243	3,715,969	5,783,212

17. Capital social / 17.4 - Redução do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve redução de capital nos três últimos exercícios sociais.

17. Capital social / 17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social

Todas as informações relevantes já foram divulgadas nos itens anteriores.

18. Valores mobiliários / 18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	Nos termos do Estatuto Social da Companhia, as ações ordinárias terão direito a dividendos. Os acionistas tem direito, em cada exercício, a dividendos de 25%, no mínimo, do lucro líquido ajustado na forma da lei.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	As ações ordinárias tem o direito de reembolso de capital, respeitando que as ações preferenciais terão prioridade.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Os acionistas tem direito, em cada exercício, a dividendos de 25%, no mínimo, do lucro líquido ajustado na forma da lei.
Outras características relevantes	Não há outras características relevantes não descritas nos tópicos anteriores
Espécie de ações ou CDA	Preferencial
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	Nos termos do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais terão direito a dividendos, observando-se que as preferenciais terão as seguintes vantagens: a) prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia; b) direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial, 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária; c) participação, em igualdade de condições com as ações ordinárias, na distribuição de ações bonificadas resultantes da capitalização de reservas, lucros, fundos ou correção monetária de qualquer natureza. Os acionistas tem direito, em cada exercício, a dividendos de 25%, no mínimo, do lucro líquido ajustado na forma da lei.
Direito a voto	Sem Direito
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	As ações preferenciais terão prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Os acionistas tem direito, em cada exercício, a dividendos de 25%, no mínimo, do lucro líquido ajustado na forma da lei.
Outras características relevantes	Não há outras características relevantes não descritas nos tópicos anteriores

18. Valores mobiliários / 18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto

O Estatuto Social da Companhia não limita o direito de voto de acionistas ou os obriga a realizar oferta pública.

18. Valores mobiliários / 18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos

O Estatuto Social da Companhia não prevê exceções ou cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos.

18. Valores mobiliários / 18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários

Exercício social 31/12/2020

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	VOLUME financeiro negociado Unidade	Valor maior cotação Unidade	Valor menor cotação Unidade	Fator cotação	Valor média cotação Unidade
31/03/2020	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	26.841	4,95	4,63	R\$ por Unidade	4,71
30/06/2020	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	13.873	4,09	4,08	R\$ por Unidade	4,08
30/09/2020	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	13.973	4,25	4,20	R\$ por Unidade	4,23
31/12/2020	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	29.394	4,12	3,81	R\$ por Unidade	3,97

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não foram emitidos outros valores mobiliários pela Companhia.

18. Valores mobiliários / 18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não foram emitidos outros valores mobiliários pela Companhia.

18. Valores mobiliários / 18.6 - Mercados de negociação no Brasil

Os valores mobiliários da Companhia são negociados na BM&F BOVESPA, sendo suas ações ordinárias negociadas sob o código “MGEL3” e suas ações preferenciais negociadas sob o código “MGEL4”.

18. Valores mobiliários / 18.7 - Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Os valores mobiliários da Companhia não são admitidos a negociação em mercado estrangeiro.

18. Valores mobiliários / 18.8 - Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve títulos emitidos no exterior.

18. Valores mobiliários / 18.9 - Ofertas públicas de distribuição

Nos últimos três exercícios sociais não foram efetuadas ofertas públicas de distribuição relativas a valores mobiliários da Companhia.

18. Valores mobiliários / 18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas

Nos últimos três exercícios sociais não foram efetuadas ofertas públicas de distribuição relativas a valores mobiliários da Companhia.

18. Valores mobiliários / 18.11 - Ofertas públicas de aquisição

Nos últimos três exercícios sociais não houve ofertas públicas de aquisição relativas a ações de emissão de terceiro.

18. Valores mobiliários / 18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários

Todas as informações relevantes já foram divulgadas nos itens anteriores.

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.1 - Descrição - planos de recompra

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos três últimos exercícios sociais, não houve plano de recompra de ações.

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não foram mantidos valores mobiliários em tesouraria.

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria

Todas as informações relevantes foram divulgadas nos itens anteriores.

20. Política de negociação / 20.1 - Descrição - Pol. Negociação

Data aprovação	14/06/2002
Órgão responsável pela aprovação	Conselho de Administração
Cargo e/ou função	Diretor Presidente, Diretor de Finanças e Administração, Diretor de Relações com Investidores, Diretores, membros do Conselho de Administração e membros do Conselho Fiscal

Principais características

1. A Companhia poderá, por deliberação do conselho de administração, aprovar a política de negociação das ações de sua emissão por ela própria, pelos acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária. 1.1. A política de negociação referida no item 1 não poderá ser aprovada ou alterada na pendência de ato ou fato relevante ainda não divulgado, e deverá contar com a adesão expressa das pessoas mencionadas no item 1 que queiram dela se beneficiar, as quais deverão observá-la estritamente.

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização

1. Antes da divulgação ao mercado de ato ou fato relevante ocorrido nos negócios da companhia, é vedada a negociação com valores mobiliários de sua emissão, ou a eles referenciados, pela própria companhia aberta, pelos acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, ou por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na companhia aberta, sua controladora, suas controladas ou coligadas, tenha conhecimento da informação relativa ao ato ou fato relevante.

1.1. A mesma vedação aplica-se a quem quer que tenha conhecimento de informação referente a ato ou fato relevante, sabendo que se trata de informação ainda não divulgada ao mercado, em especial àqueles que tenham relação comercial, profissional ou de confiança com companhia, tais como auditores independentes, analistas de valores mobiliários, consultores e instituições integrantes do sistema de distribuição aos quais compete verificar a respeito da divulgação da informação antes de negociar com valores mobiliários de emissão da companhia ou a eles referenciados.

1.2. Sem prejuízo do disposto no item anterior, a vedação do item 1 se aplica também aos administradores que se afastem da administração da companhia antes da divulgação pública de negócio ou fato iniciado durante seu período de gestão, e se estenderá pelo prazo de seis meses após o seu afastamento.

1.3. A vedação do item 1 também prevalecerá :

a. se existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária, e b. em relação aos acionistas controladores diretos ou indiretos, diretores e membros do conselho de administração, sempre que estiver em curso a aquisição ou a alienação de ações de emissão da companhia pela própria companhia, suas controladas, coligadas ou outra sociedade sob controle comum, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim.

1.4. Também é vedada a negociação pelas pessoas mencionadas no item 1 no período de 15 (quinze) dias anterior à divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP e FR) da companhia.

1.5. As vedações previstas nos itens 1, 1.1, 1.2 e 1.3, letra "a" deixarão de vigorar tão logo a companhia divulgue o fato relevante ao mercado, salvo se a negociação com as ações puder interferir nas condições dos referidos negócios, em prejuízo dos acionistas da companhia ou dela própria.

1.6. A vedação prevista no item 1 não se aplica à aquisição de ações que se encontrem em tesouraria, através de negociação privada, decorrente do exercício de opção de compra de acordo com plano de outorga de opção de compra de ações aprovado em assembleia geral. 2. Caso tenha sido celebrado qualquer acordo ou contrato visando à transferência do controle acionário respectivo, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim, bem como se existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária, e enquanto a operação não for tornada pública através da publicação de fato relevante, o conselho de administração da companhia não poderá deliberar a aquisição ou a alienação de ações de própria emissão.

20. Política de negociação / 20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação

Todas as informações relevantes já foram mencionadas nos itens anteriores.

21. Política de divulgação / 21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos

A Companhia possui Política de divulgação e uso de informações sobre atos ou fatos relevantes, da qual destacamos as seguintes normas:

DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO EM OFERTAS PÚBLICAS

1. Imediatamente após deliberar realizar oferta pública que dependa de registro na CVM, o ofertante deverá divulgar a quantidade de valores mobiliários a serem adquiridos ou alienados, o preço, as condições de pagamento e demais condições a que estiver sujeita a oferta, nos termos do item 1 do Tópico II da Política de Divulgação.

1.1. O disposto no item 1 não se aplica ao procedimento de análise preliminar confidencial para pedidos de registro de distribuição pública de valores mobiliários, nos termos da regulamentação em vigor.

1.2. Caso a realização da oferta pública esteja sujeita ao implemento de condições, fica o ofertante obrigado a divulgar aviso de fato relevante, sempre que tais condições se verificarem, esclarecendo se mantém a oferta, e em que condições, ou se ela perderá sua eficácia.

DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO NA ALIENAÇÃO DE CONTROLE

1. O adquirente do controle acionário de companhia aberta deverá divulgar fato relevante e realizar as comunicações de que trata o item 1 do tópico II, da Política de Divulgação, na forma ali prevista.

1.1. A comunicação e a divulgação referidas no item 1 deverão contemplar, no mínimo, as seguintes informações:

I - nome e qualificação do adquirente, bem como um breve resumo acerca dos setores de atuação e atividades por ele desenvolvidas;

II - nome e qualificação do alienante, inclusive indireto, se houver;

III - preço, total e o atribuído por ação de cada espécie e classe, forma de pagamento e demais características e condições relevantes do negócio;

IV - objetivo da aquisição, indicando, no caso do adquirente ser companhia aberta, os efeitos esperados em seus negócios;

V - número e percentual de ações adquiridas, por espécie e classe, em relação ao capital votante e total;

VI - indicação de qualquer acordo ou contrato regulando o exercício do direito de voto ou a compra e venda de valores mobiliários de emissão da companhia;

VII - declaração quanto à intenção de promover, ou não, no prazo de um ano, o cancelamento do registro da companhia aberta; e

VIII - outras informações relevantes referentes a planos futuros na condução dos negócios sociais, notadamente no que se refere a eventos societários específicos que se pretenda promover na companhia, em especial reestruturação societária envolvendo fusão, cisão ou incorporação.

DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO SOBRE NEGOCIAÇÕES DE ADMINISTRADORES E PESSOAS LIGADAS

1. Os diretores, os membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, ficam obrigados a comunicar à companhia, através do Diretor de Relações com Investidores, e este à CVM, e, se for o caso, à bolsa de

21. Política de divulgação / 21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos

valores e entidade do mercado de balcão organizado nas quais os valores mobiliários de emissão da companhia estejam admitidos à negociação, a quantidade, as características e a forma de aquisição dos valores mobiliários de sua emissão e de sociedades controladas ou controladoras, que sejam companhias abertas, ou a eles referenciados, de que sejam titulares, bem como as alterações em suas posições (modelos de comunicação – Anexos II e III) da Política de Divulgação.

1.1. A comunicação deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

I - nome e qualificação do comunicante, indicando o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas;

II - quantidade, por espécie e classe, no caso de ações, e demais características no caso de outros valores mobiliários, além da identificação da companhia emissora; e

III - forma, preço e data das transações.

1.2. Os diretores, os membros do conselho de administração, os membros do conselho fiscal e os de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, deverão efetuar a comunicação de que trata o item 1 imediatamente após a investidura no cargo ou quando da apresentação da documentação para o registro da companhia como aberta, e no prazo máximo de 10 (dez) dias após o término do mês em que se verificar alteração das posições por eles detidas, indicando o saldo da posição no período.

1.3. As pessoas naturais indicarão, ainda, os valores mobiliários que sejam de propriedade de cônjuge do qual não estejam separados judicialmente, de companheiro(a), de qualquer dependente incluído em sua declaração anual de imposto sobre a renda, e de sociedades controladas direta ou indiretamente.

DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO SOBRE A AQUISIÇÃO E ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA RELEVANTE, E SOBRE NEGOCIAÇÕES DE CONTROLADORES E ACIONISTAS

1. Os acionistas controladores, diretos ou indiretos, e os acionistas que elegerem membros do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal, bem como qualquer pessoa natural ou jurídica ou grupo de pessoas, agindo em conjunto ou representando um mesmo interesse, que atingir participação, direta ou indireta, que corresponda a 5% (cinco por cento) ou mais de espécie ou classe de ações representativas do capital de companhia aberta, deve enviar à CVM e, se for o caso, à bolsa de valores e entidade do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários de emissão da companhia sejam admitidos à negociação, assim como divulgar, nos termos do item 1 do tópico II, da Política de Divulgação, declaração contendo as seguintes informações:

I - nome e qualificação do adquirente, indicando o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas;

II - objetivo da participação e quantidade visada;

III - número de ações, bônus de subscrição, bem como de direitos de subscrição de ações e de opções de compra de ações, por espécie e classe, já detidos, direta ou indiretamente, pelo adquirente ou pessoa a ele ligada;

IV - número de debêntures conversíveis em ações, já detidas, direta ou indiretamente, pelo adquirente ou pessoa a ele ligada, explicitando a quantidade de ações objeto da possível conversão, por espécie e classe; e

V - indicação de qualquer acordo ou contrato regulando o exercício do direito de voto ou a compra e venda de valores mobiliários de emissão da companhia.

21. Política de divulgação / 21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos

1.1. Está igualmente obrigada à divulgação das mesmas informações a pessoa ou grupo de pessoas representando um mesmo interesse, titular de participação acionária igual ou superior ao percentual referido no item 1 deste tópico, a cada vez que a referida participação se eleve em 5% (cinco por cento) da espécie ou classe de ações representativas do capital social da companhia.

1.2. As obrigações previstas nos itens 1 e 1.1 se estendem também à aquisição de quaisquer direitos sobre as ações e demais valores mobiliários ali mencionados.

1.3. A comunicação à CVM, e, se for o caso, à bolsa de valores e entidade do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários de emissão da companhia sejam admitidos à negociação, será feita imediatamente após ser alcançada a participação referida no item 1 deste tópico.

1.4. As pessoas mencionadas no item 1 deste tópico também deverão informar a alienação ou a extinção de ações e demais valores mobiliários mencionados neste tópico, ou de direitos sobre eles, a cada vez que tal alienação ou extinção atingir o percentual referido no item 1.

1.5. A CVM poderá autorizar a dispensa da divulgação pela imprensa, em face do grau de dispersão das ações da companhia no mercado, e da declaração do adquirente de que suas compras não objetivam alterar a composição do controle ou a estrutura administrativa da sociedade, desde que assegurada a efetiva publicidade por meio de divulgação julgado satisfatório pela CVM.

21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação

A divulgação de ato ou fato relevante tem por objetivo assegurar aos investidores a disponibilidade, em tempo hábil, de forma eficiente e razoável, das informações necessárias para as suas decisões de investimento. Dessa forma, impede-se o uso indevido de informações privilegiadas no mercado de valores mobiliários pelas pessoas que a elas tenham acesso, em proveito próprio ou de terceiros, em detrimento dos investidores em geral, do mercado e da própria companhia.

A Instrução CVM 358/02 criou uma sistemática de responsabilidade pelo uso, comunicação e divulgação de ato ou fato relevante de companhias abertas. Determinou que é de competência do Conselho de Administração a adoção de política de divulgação de ato ou fato relevante, contemplando procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas. Atribuiu ao Diretor de Relações com Investidores a responsabilidade primária pela comunicação e divulgação de ato ou fato relevante.

DEFINIÇÃO DE ATO OU FATO RELEVANTE

1. Considera-se relevante qualquer decisão de acionista controlador, deliberação da Assembléia Geral, do Conselho de Administração, da Diretoria, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos seus negócios que possa influir de modo ponderável:

I - na cotação dos valores mobiliários de emissão da companhia ou a eles referenciados;

II - na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter aqueles valores mobiliários;

III - na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titular de valores mobiliários emitidos pela companhia ou a eles referenciados.

2. Observada a definição no item 1, são exemplos de ato ou fato potencialmente relevante, dentre outros, os seguintes:

I - assinatura de acordo ou contrato de transferência do controle acionário da companhia, ainda que sob condição suspensiva ou resolutiva;

II - mudança no controle da companhia, inclusive através de celebração, alteração ou rescisão de acordo de acionistas;

III - celebração, alteração ou rescisão de acordo de acionistas em que a companhia seja parte ou interveniente, ou que tenha sido averbado no livro próprio da companhia;

IV - ingresso ou saída de sócio que mantenha, com a companhia, contrato ou colaboração operacional, financeira, tecnológica ou administrativa;

V - autorização para negociação dos valores mobiliários de emissão da companhia em qualquer mercado, nacional ou estrangeiro;

VI - decisão de promover o cancelamento de registro da companhia aberta;

VII - incorporação, fusão ou cisão envolvendo a companhia ou empresas ligadas;

VIII - transformação ou dissolução da companhia;

IX - mudança na composição do patrimônio da companhia;

X - mudança de critérios contábeis;

XI - renegociação de dívidas;

XII - aprovação de plano de outorga de opção de compra de ações;

XIII - alteração nos direitos e vantagens dos valores mobiliários emitidos pela companhia;

XIV - desdobramento ou grupamento de ações ou atribuição de bonificação;

XV - aquisição de ações da companhia para permanência em tesouraria ou cancelamento, e alienação de ações assim adquiridas;

XVI - lucro ou prejuízo da companhia e a atribuição de proventos em dinheiro;

21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação

- XVII - celebração ou extinção de contrato, ou o insucesso na sua realização, quando a expectativa de concretização for de conhecimento público;
- XVIII - aprovação, alteração ou desistência de projeto ou atraso em sua implantação;
- XIX - início, retomada ou paralisação da fabricação ou comercialização de produto ou da prestação de serviço;
- XX - descoberta, mudança ou desenvolvimento de tecnologia ou de recursos da companhia;
- XXI - modificação de projeções divulgadas pela companhia;
- XXII - requerimento ou confissão de falência ou propositura de ação judicial que possa vir a afetar a situação econômico-financeira da companhia.

DEVERES E RESPONSABILIDADES NA DIVULGAÇÃO DE ATO OU FATO RELEVANTE

1. Cumprir ao Diretor de Relações com Investidores divulgar e comunicar à CVM e, se for o caso, à bolsa de valores e entidade do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários de emissão da companhia sejam admitidos à negociação, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos seus negócios, bem como zelar por sua ampla e imediata disseminação, simultaneamente em todos os mercados em que tais valores mobiliários sejam admitidos à negociação.

2. Os acionistas controladores, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, deverão comunicar qualquer ato ou fato relevante de que tenham conhecimento ao Diretor de Relações com Investidores, que promoverá sua divulgação.

2.1. Se o Diretor de Relações com Investidores entender que o fato não precisa ser divulgado, e, após expor suas razões, não convencer a pessoa que reportou o fato e solicitou sua divulgação poderá:

I – para evitar dúvidas ou questionamentos, e desde que não exista motivo significativo que suporte atitude contrária, divulgar o fato;

II – se entender que existe motivo significativo para não divulgar o fato, poderá consultar previamente o Diretor Presidente ou o Diretor Vice-Presidente Executivo e eventualmente solicitar parecer de advogados, sendo certo contudo que a decisão final caberá ao Diretor de Relações com Investidores por ser ele o responsável indicado na Instrução CVM 358/02;

III – se decidido que o fato não será divulgado, a pessoa que inicialmente reportou o fato terá o direito de, entendendo ser injustificada a decisão de não divulgação, comunicar o fato à CVM de modo a eximir-se de responsabilidade.

2.2. Se o Diretor de Relações com Investidores entender que é necessário solicitar exceção à CVM por conta de risco à companhia em caso de divulgação, poderá consultar previamente o Diretor Presidente ou o Diretor Vice-Presidente Executivo e eventualmente solicitar parecer de advogados, cabendo, contudo sempre ao Diretor de Relações com Investidores decidir se deve ou não ser solicitado regime de exceção à CVM. Se, entretanto, a pessoa que reportou o fato entender que não é caso de regime de exceção poderá proceder conforme disposto no item 2 do tópico III da Política de Divulgação.

3. O Diretor de Relações com Investidores deverá divulgar simultaneamente ao mercado ato ou fato relevante a ser veiculado por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa, ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no país ou no exterior.

21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação

3.1. A divulgação deverá se dar através de publicação nos jornais de grande circulação utilizados habitualmente pela companhia, podendo ser feita de forma resumida com indicação dos endereços na rede mundial de computadores - Internet, onde a informação completa deverá estar disponível a todos os investidores, em teor no mínimo idêntico àquele remetido à CVM e, se for o caso, à bolsa de valores e entidade do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários de emissão da companhia sejam admitidos à negociação.

3.2. A divulgação e a comunicação de ato ou fato relevante, inclusive da informação resumida referida no item anterior, devem ser feitas de modo claro e preciso, em linguagem acessível ao público investidor.

4. Caso ocorra oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários de emissão da companhia aberta ou a eles referenciado, o Diretor de Relações com Investidores deverá inquirir as pessoas com acesso a atos ou fatos relevantes, com o objetivo de averiguar se estas têm conhecimento de informações que devam ser divulgadas ao mercado.

5. A divulgação de ato ou fato relevante deverá ocorrer, sempre que possível, antes do início ou após o encerramento dos negócios nas bolsas de valores e entidades do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários de emissão da companhia sejam admitidos à negociação.

5.1. Caso os valores mobiliários de emissão da companhia sejam admitidos à negociação simultânea em mercados de diferentes países, a divulgação do ato ou fato relevante deverá ser feita, sempre que possível, antes do início ou após o encerramento dos negócios em ambos os países, prevalecendo, no caso de incompatibilidade, o horário de funcionamento do mercado brasileiro.

5.2. Caso seja imperativo que a divulgação de ato ou fato relevante ocorra durante o horário de negociação, o Diretor de Relações com Investidores poderá, ao comunicar o ato ou fato relevante, solicitar, sempre simultaneamente às bolsas de valores e entidades do mercado de balcão organizado, nacionais e estrangeiras, em que os valores mobiliários de emissão da companhia sejam admitidos à negociação, a suspensão da negociação dos valores mobiliários de emissão da companhia, ou a eles referenciados, pelo tempo necessário à adequada disseminação da informação relevante.

5.3. A suspensão de negociação a que se refere o item anterior não será levada a efeito no Brasil enquanto estiver em funcionamento bolsa de valores ou entidade de mercado de balcão organizado de outro país em que os valores mobiliários de emissão da companhia sejam admitidos à negociação, e em tal bolsa de valores ou entidade de mercado de balcão organizado os negócios com aqueles valores mobiliários não estiverem suspensos.

6. Cumpre aos acionistas controladores, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, e empregados da companhia, guardar sigilo das informações relativas a ato ou fato relevante às quais tenham acesso privilegiado em razão do cargo ou posição que ocupam, até sua divulgação ao mercado, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento.

6.1. Somente é permitido mencionar o ato ou fato relevante quando estritamente necessário no curso dos negócios da companhia. Neste caso, as pessoas para as quais são transmitidas a informação devem ser imediatamente avisadas do sigilo envolvido.

21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação

6.2. Aquele que transmitir informações relevantes ainda não divulgadas em função de necessidade no curso dos negócios da companhia poderá, além de avisar sobre o sigilo envolvido, solicitar que os destinatários da informação assinem declaração por escrito nesse sentido.

7. É vedada a utilização de informação relevante ainda não divulgada, por qualquer pessoa que a ela tenha tido acesso, com a finalidade de auferir vantagem, para si ou para outrem, no mercado de valores mobiliários.

8. A Companhia deverá comunicar formalmente os termos da Política aos acionistas controladores e às pessoas que ocupem ou venham a ocupar as funções referidas no item 2 delas obtendo a respectiva adesão formal, em instrumento que deverá ser arquivado na sede da companhia enquanto a pessoa com ela mantiver vínculo, e por cinco anos, no mínimo, após o seu desligamento.

8.1. A Companhia deverá manter em sua sede, à disposição da CVM, a relação de pessoas mencionadas no item 2 e respectivas qualificações, indicando cargo ou função, endereço e número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, atualizando-a imediatamente sempre que houver modificação.

8.2. A política de divulgação de informações poderá ser consultada no site da Companhia (www.mangels.com.br) e também no site da CVM (www.cvm.gov.br).

21. Política de divulgação / 21.3 - Responsáveis pela política

O Diretor de Relações com Investidores da Companhia, possui a responsabilidade primária pela comunicação e divulgação de ato ou fato relevante envolvendo a Companhia. Compete ainda, ao Diretor de Relações com Investidores zelar pela execução e acompanhamento da Política de Divulgação e Uso de Informações.

21. Política de divulgação / 21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação

Todas as informações relevantes foram mencionadas nos itens anteriores.